

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO
(CBG)

SARA LOPES CORRÊA

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E USUÁRIOS SURDOS: ADEQUAÇÃO DE
SERVIÇOS E PRODUTOS DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS (FL) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

Rio de Janeiro

2020

SARA LOPES CORRÊA

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E USUÁRIOS SURDOS: ADEQUAÇÃO DE
SERVIÇOS E PRODUTOS DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS (FL)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
e Gestão de Unidades de Informação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito à obtenção do título de
bacharel em Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Nysia Oliveira de Sá.

Rio de Janeiro

2020

Ficha catalográfica

C824b Corrêa, Sara Lopes.

Bibliotecas universitárias e usuários surdos: adequação de serviços e produtos da Biblioteca da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Sara Lopes Corrêa. – Rio de Janeiro, 2020.

68 f.

Orientadora: Nysia Oliveira de Sá.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Bacharel em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, 2020.

1. Bibliotecas universitárias – usuários surdos. 2. Serviços e produtos de bibliotecas. 3. Comunidade Surda. I. Nysia Oliveira de Sá. II. Título.

SARA LOPES CORRÊA

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E USUÁRIOS SURDOS: ADEQUAÇÃO DE
SERVIÇOS E PRODUTOS DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS (FL) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia
e Gestão de Unidades de Informação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito à obtenção do título de
bacharel em Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2020.

Profa. Dra. Nysia Oliveira de Sá
Orientadora

Profa. Dra. Marianna Zattar
Membro interno

Profa. Me. Erica Resende
Membro interno

A ela que, mesmo com o coração apertado, deixou-me livre para seguir meu caminho. Tudo começou com você, mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Jorge, por dar o amor que sabe e fazer tudo que pode pela sua família. À minha mãe Cristiane, por me trazer o gosto pela leitura e me apresentar a palavra "bibliotecária"; por estar sempre por perto e lutar pela educação dos filhos. Aos meus irmãos Samuel, Cassiane e Crislaine, tão opostos e ao mesmo tempo tão semelhantes a mim. Vocês foram meu apoio durante esses cinco anos de graduação e a razão para me manter de pé todos os dias.

À minha orientadora Nysia, por sempre ter sido uma ótima professora e por me guiar com calma durante a pesquisa, mostrando-me que o TCC não é o bicho de sete cabeças que parece ser.

Aos professores do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), por todos os ensinamentos, sejam eles acadêmicos ou não. Aos orientadores de Iniciação Científica e Projeto de Extensão que participei, em especial ao Pierre e ao Danilo; às queridas do Pequenalegria e aos coordenadores de estágios, obrigatórios ou não, que fiz; vocês me ensinaram mais do que eu saberia descrever. Aos Cursos de Línguas Abertos à Comunidade (CLAC), por me trazer o primeiro contato com a comunidade surda; especialmente ao professor Miguel pela solicitude e ajuda ao longo da pesquisa.

À turma e à Comissão de Trote de 2016.1, por ter me recebido carinhosamente e acompanhado minhas mudanças com o passar dos anos. A ela, que me guiou pelas ruas do Rio de Janeiro por tantas vezes com seu jeito mãezona de ser, Gabi. A eles, por terem me feito dar tanta risada, Gustavo, Laura, Larissa, Maiza, Marx, Juliana e Guará. Sei que todos serão ótimos profissionais.

Aos amigos que conheci pela Biblioteconomia, mas que fizeram parte de muito mais. Ao Gabe, por ser minha inspiração e minha alma gêmea acadêmica. Aos bolsistas a margem da lei, Thaynara e Hugo, pelas experiências, alegrias, tristezas e vidas compartilhadas; vocês foram minha alegria diária na Praia Vermelha (PV) e sei que ainda teremos muito pastelão do Reizinho para partilhar. Ao Eli, por todas as vezes que seu abraço salvou meu dia; por ser meu ombro amigo e por me deixar ser o seu.

A elas, que tornaram minha transição para o Fundão mais tranquila, Marcela e Ingrid.

Aos veteranos que me ensinaram bastante, até mesmo sem perceber, Keison, Cris, Aneli, Daniel, Bia e Brisa. Aos calouros, que me divertiam nos corredores da faculdade e no Centro Acadêmico, Joanna, Tamires, Thamires, Lucas, Pablo e Amanda.

Àqueles que aprofundei laços nos estágios em que passei, em especial Gustavo e Anna Clara.

A ela, que a vida quase me apresentou muitas vezes, mas que conheci da forma mais divertida possível. Aquela que se comunica comigo pelo olhar, tem as histórias mais loucas que eu já ouvi e me fez companhia nos melhores e piores momentos. Aline, você é incrível.

Ao Yan, por acreditar em mim e me incentivar a terminar minha pesquisa; por caminhar ao meu lado e experimentar a vida comigo há mais de dois anos.

Ao Wagner, por ser um bom amigo.

Às pessoas queridas que conheci pelas repúblicas da Vila Residencial da UFRJ, em especial, Tharcilo, Ciele, Flavinha, Pirula e Safira. À Leniah, que partilhou comigo as aulas de Libras aos sábados de manhã, as aulas de forró à tarde, os bailinhos à noite e por dois meses até o apartamento.

Aos amigos anteriores à graduação que continuam por perto: à Ju, por não deixar a distância nos afastar; ao Wellington, por me divertir; à Duda, por aparecer de vez em quando; e à Jessica, por me mostrar que é possível.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não tiveram participação direta na minha graduação, mas que fizeram diferença no processo: aos funcionários da UFRJ e das bibliotecas que visitei, aos comerciantes que por várias vezes garantiram minha alimentação, aos motoristas dos diversos ônibus que peguei nestes cinco anos, aos artistas cujas produções me distraíram durante os longos trajetos, às crianças que contei histórias nos estágios e projetos, aos tios e primos que não sabem falar o nome do meu curso e aos demais que, por ser ruim de memória não consigo citar, mas que no fundo eu sei o quanto contribuíram para que essa Belforroxense não desistisse de se graduar.

Sabe...
Quantas vezes cheguei perto para falar e não consegui
Quantas vezes meus olhos falaram e você nem ligou
Quantas vezes minhas mãos chamaram e você nem se importou
(VILHALVA, 2004, não paginado)

RESUMO

Trata da presença de usuários surdos em bibliotecas universitárias, com objetivo geral de analisar se os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras (BJA/FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) são adequados aos estudantes surdos da Instituição. A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental para obter aporte teórico sobre o tema. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo questionário aplicado aos bibliotecários e às bibliotecárias da BJA; bem como aos estudantes surdos da FL, mais especificamente do curso de Letras-Libras da UFRJ. Identificou-se que a BJA/FL possui poucos serviços ou produtos voltados para a comunidade surda, mas que os funcionários acreditam na melhoria desse cenário. Percebeu-se que os estudantes surdos não possuem o costume de utilizar a biblioteca, mas apresentam como demanda a existência de um profissional que saiba a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para facilitar a comunicação. Recomenda-se a busca por informações acerca da comunidade surda; a capacitação em Libras, mesmo que básica e a divulgação de serviços e produtos da biblioteca com enfoque nos estudantes surdos.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias – usuários surdos. Serviços e produtos de bibliotecas. Comunidade surda.

ABSTRACT

Introduces the presence of deaf users in university libraries, with the general objective of analyzing whether the services and/or products offered by the José de Alencar Library of the Faculty of Letters (BJA/FL) of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) are suitable for deaf students of the Institution. The research is exploratory and qualitative, using bibliographic and documentary research to obtain theoretical support on the topic. As a data collection instrument, the questionnaire applied to librarians and librarians of BJA was chosen; as well as to deaf students from FL, more specifically from the Letras-Libras course at UFRJ. It was identified that BJA/FL has few services or products aimed at the deaf community, but that employees believe in improving this scenario. It was noticed that deaf students do not have the habit of using the library, but they demand the existence of a professional who knows the Brazilian Sign Language (Libras), to facilitate communication. The search for information about the deaf community is recommended; training in Libras, even if basic and the dissemination of library services and products with a focus on deaf students.

Keywords: University libraries – deaf users. Library products and services. Deaf community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sinal de “mãe” em diferentes línguas de sinais.	27
Figura 2 – Variação do sinal “faculdade” em São Paulo e no Rio de Janeiro.....	28
Figura 3 – Alfabeto manual ou datilologia da Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	29
Figura 4 – Parâmetros presentes no sinal “conhecer”.....	30
Figura 5 – Bibliotecas do SiBI.	41
Figura 6 – Questionário aplicado aos estudantes em Libras e em Português.....	43
Figura 7 – Primeira pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.	47
Figura 8 – Terceira pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.	47
Figura 9 – Sexta pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.....	48
Figura 10 – Sétima pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.....	49
Figura 11 – Primeira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras- Libras da UFRJ.....	50
Figura 12 – Terceira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras- Libras da UFRJ.....	51
Figura 13 – Quarta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	52
Figura 14 – Quinta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	53
Figura 15 – Sexta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	53
Figura 16 – Sétima pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	54
Figura 17 – Oitava pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	54
Figura 18 – Décima pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras- Libras da UFRJ.....	55
Figura 19 – Décima primeira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas com deficiência auditiva segundo o Censo Demográfico de 2010.....	19
Tabela 2 – Tipos de barreiras segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASL – Língua Americana de Sinais

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BJA – Biblioteca José de Alencar

Brapci – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

BU – Bibliotecas Universitárias

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

CCMN – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CLA – Centro de Letras e Artes

CSCE – Conselho Superior de Coordenação Executiva

CT – Centro de Tecnologia

CT – Comunicação Total

COMUT – Comutação Bibliográfica

DA – Deficiente Auditivo

DSBS – Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FL – Faculdade de Letras

FCC – Fórum de Ciência e Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Libras – Língua Brasileira de Sinais

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

SEDIN/FL – Serviço de Documentação e Informação da Faculdade de Letras

SiBI – Sistema de Bibliotecas e Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA.....	16
1.2	OBJETIVOS	16
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
2	A SURDEZ	18
2.1	SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO?.....	18
2.2	CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A SURDEZ	21
2.3	A SURDEZ NO CONTEXTO BRASILEIRO	24
2.3.1	A Língua Brasileira de Sinais – Libras.....	26
3	BIBLIOTECAS E A COMUNIDADE SURDA	31
3.1	DIRETRIZES PARA SERVIÇOS DE BIBLIOTECA PARA SURDOS.....	34
3.2	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E USUÁRIOS SURDOS	36
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
4.1	CAMPO DA PESQUISA	39
4.2	TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	42
4.3	POPULAÇÃO/AMOSTRA.....	44
5	RESULTADOS DA PESQUISA	45
5.1	SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS PELA BJA/FL	45
5.2	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES SURDOS	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE A – Questionário para a equipe da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ	66
	APÊNDICE B - Questionário para os estudantes surdos do curso de Letras/Libras da Faculdade de Letras da UFRJ.....	68

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade da Informação é caracterizada pelo grande volume de recursos informacionais disponíveis, proporcionados principalmente pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Atrelada a esse conceito está a Sociedade Inclusiva, a qual busca incluir todas as pessoas independentemente de suas características (CARVALHO *et. al.*, 2000, p. 37 *apud* CONEGLIAN; SILVA, 2006, p. 2). Nesse contexto, as bibliotecas possuem um importante papel enquanto espaço de democratização do acesso à informação, especialmente no que diz respeito às populações marginalizadas.

Entretanto, muitas bibliotecas permanecem atreladas ao seu antigo paradigma de guardião da informação, cuja preocupação maior é o acervo e não os usuários. Com isso, há um distanciamento entre as bibliotecas e parcelas da população as quais deveria prestar serviços, como a comunidade surda, objeto deste estudo. Historicamente, surdos e bibliotecas não têm prestado atenção uns aos outros. Os profissionais bibliotecários muitas vezes desconhecem a necessidade e a forma como adequar os produtos e serviços que a biblioteca oferece para os usuários surdos, de modo que os surdos sequer compreendem de que maneiras uma biblioteca pode lhes ser útil (FEDERACIÓN, 2000).

Diante disso, a pesquisa tem como intuito analisar os serviços e produtos de uma biblioteca universitária sob a ótica dos usuários surdos da própria universidade. Optou-se pela biblioteca de modalidade universitária por sua extrema importância na formação acadêmica dos estudantes universitários.

O levantamento bibliográfico feito acerca da temática será apresentado nas seções subsequentes. A seção 2 pretende elucidar questões sobre a comunidade surda, por meio do debate de terminologias e um levantamento histórico do modo como a educação dos surdos foi tratada ao longo dos anos, refletindo a forma como a sociedade os enxergava. Além disso, contextualiza a surdez no Brasil, bem como a língua oficial dos surdos brasileiros, a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A partir do entendimento do que configura a comunidade surda, parte-se para outro item fundamental desta pesquisa: as bibliotecas universitárias. Assim, a seção 3 tem como intuito relacionar as bibliotecas e a comunidade surda, focando na interação entre bibliotecas universitárias e usuários surdos.

A seção 4 apresenta os procedimentos metodológicos adotados para realizar a pesquisa, que é de caráter exploratório e qualitativo. A seção 5 expõe os resultados obtidos

com a pesquisa e apontamentos importantes sobre as dificuldades encontradas na metodologia escolhida.

Por fim, diante dos resultados de pesquisa e reflexões sobre os mesmos, a seção 6 apresenta as considerações finais do estudo.

1.1 PROBLEMA

Os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar (BJA) da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) são adequados aos estudantes surdos?

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral analisar se os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar (BJA) da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) são adequados aos estudantes com surdez. Como objetivos específicos, busca

- a) identificar os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ;
- b) analisar os serviços e produtos da BJA pelo olhar dos estudantes surdos da FL;
- c) elaborar recomendações para melhoria dos serviços e/ou produtos oferecidos pela biblioteca.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, agenda mundial adotada em setembro de 2015 durante a Cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Sustentável. Com 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, a Agenda faz algumas referências específicas às pessoas com deficiência. O objetivo 04 da Agenda trata da educação de qualidade, tendo em seu item 4.5 a busca por “[...] eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.” (PLATAFORMA 2030, [2017?], não

paginado). No objetivo 10, específico para a redução de desigualdades, o item 10.2 pretende “[...] empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.” (PLATAFORMA 2030, [2017?], não paginado). Já o objetivo 11, sobre cidades e comunidades sustentáveis, tem em seu item 11.7 a busca por “[...] proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.” (PLATAFORMA 2030, [2017?], não paginado).

Conforme a Agenda 2030 demonstra, a temática desta pesquisa vem sendo discutida a nível internacional. Entretanto, foram localizados poucos estudos na área da Biblioteconomia sobre a adequação das unidades de informação aos usuários com deficiência, especialmente no que tange aos usuários surdos e deficientes auditivos, cujas necessidades específicas passam despercebidas pelos bibliotecários e bibliotecárias.

Além disso, dados de 2014 da Pró Reitoria de Graduação (PR1) da UFRJ, apontam que dentre os 46 mil estudantes presenciais da Universidade, 289 declaram-se como pessoas com deficiência. Destes, 57 estudantes são pessoas com algum grau de deficiência auditiva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2016). Assim, entende-se que as bibliotecas do campo de pesquisa selecionado precisam estar atentas e preparadas para atender aos diferentes perfis de usuários.

Como motivação pessoal para o estudo, tem-se a experiência da autora nos Cursos de Línguas Abertas à Comunidade (CLAC) na modalidade de Língua Brasileira de Sinais – Libras, língua oficial dos surdos brasileiros. O curso permitiu conhecer mais sobre a comunidade surda e ter contato com estudantes surdos do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tal encontro trouxe questionamentos sobre como a biblioteca é vista por esses estudantes e o quanto está preparada para atender suas necessidades de informação.

2 A SURDEZ

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente, nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional (LABORIT, 1994 *apud* GESSER, 2009, p. 46).

Em 2017, a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) teve como tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” (MORENO, 2017), de modo que muito se falou sobre isso naquele ano. Em 2019, as questões em torno da surdez se tornaram alvo de discussões novamente após o discurso feito na Língua Brasileira de Sinais – Libras, pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro, antes da solenidade de posse do marido, Jair Bolsonaro (MICHELLE, 2019).

Por mais que os recentes fatos ocorridos gerem debates e expectativas de melhorias na qualidade de vida dos surdos e deficientes auditivos, é preciso apontar que muito do que se fala sobre essa parcela da população ainda é regido por preconceitos e perpetuação de estereótipos. Assim, esta seção pretende elucidar algumas questões acerca do que é e do que já foi considerado ser surdo em uma sociedade formada majoritariamente por pessoas que experienciam o mundo por meio da audição, doravante denominados ouvintes.

2.1 SURDO OU DEFICIENTE AUDITIVO?

Segundo o Censo Demográfico de 2010¹, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 5,1% da população brasileira declarou possuir algum grau de deficiência auditiva. Essa porcentagem corresponde a quase dez milhões de pessoas, cujo grau de deficiência está dividido de acordo com sua percepção auditiva, conforme demonstra a Tabela 1 abaixo.

¹ O Censo Demográfico realizado pelo IBGE possui periodicidade decenal, sendo o de 2010 o último realizado com dados disponíveis para acesso.

Tabela 1 – Pessoas com deficiência auditiva segundo o Censo Demográfico de 2010.

Tabela 1495 - População residente, por tipo de deficiência permanente – Resultados gerais da amostra.		
Brasil		
Ano – 2010		
Tipo de deficiência permanente		
Deficiência auditiva – não consegue de modo algum	Deficiência auditiva – grande dificuldade	Deficiência auditiva – alguma dificuldade
344.206	1.798.967	7.574.145

Fonte: IBGE, 2010.

Com isso, é preciso ter em mente que ao tratar dos surdos e deficientes auditivos não há como entendê-los enquanto um grupo homogêneo. Em seus estudos, Hagemeyer (1992 *apud* MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p. 136) distinguiu nove subpopulações entre os surdos e deficientes auditivos. São elas:

(1) pessoas que se comunicam fluentemente em Libras como língua principal; (2) pessoas bilíngues que se comunicam fluentemente em Libras e Português; (3) pessoas com deficiência auditiva que se comunicam principalmente por meio da fala/oralização; (4) adultos que se tornaram surdos depois de ter tido a experiência de ouvir e após ter adquirido a fala, e portanto, se comunicam através do Português; (5) idosos que têm deficiência auditiva como resultado do processo de envelhecimento e [s]e comunicam pelo Português; (6) pessoas utilizadoras de língua gestuais que não usam nem Libras nem Português; (7) Pessoas com dificuldade de audição que têm resíduo auditivo, porém pouco eficaz; (8) pessoas surdas que também são cegas, os denominados surdo cegos; (9) pessoas surdas de qualquer uma das categorias acima que possuem familiares ouvintes (pais, filhos, esposas, etc.).

As nove subpopulações demonstram a diversidade de identificação presente entre os surdos e deficientes auditivos, evidenciando a impossibilidade de pensá-los no singular, como uma única identidade (MIGLIOLI; SANTOS, 2017). Além disso, traz à tona uma discussão recorrente nas pesquisas da área, que diz respeito a qual seria a terminologia correta a se utilizar: surdo ou deficiente auditivo (DA)?

Miglioli e Santos (2017, p. 138), bibliotecárias do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), afirmam que há um consenso na área de pesquisa que considera “deficiente auditivo” aquele cuja surdez é pós-linguística, ou seja, um indivíduo que perdeu a audição após a aquisição da língua oral; enquanto “surdo” é aquele cuja surdez é pré-linguística, ou seja, aquele que perdeu a audição antes da aquisição da língua oral.

No contexto legislativo brasileiro, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, denomina surdez e deficiência auditiva da seguinte maneira:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005, não paginado).

No que tange a utilização destes termos pela sociedade, Gesser (2009, p. 45), aponta que ouvintes que não possuem conhecimento sobre a surdez acreditam que o termo surdo parece “[...] imprimir mais preconceito, enquanto o termo deficiente auditivo parece-lhes ser mais politicamente correto [...]”. Entretanto, Lanna Júnior (2010, p. 58 *apud* MIRANDA, 2015, p. 49, grifo nosso) elucida que a terminologia deficiente auditivo

[...] passou a ser rejeitada [pelos surdos] porque **define o surdo segundo uma concepção clínico-patológica de sua capacidade ou não de ouvir** – com uma gradação dessa capacidade – e que, por isso, concebe a surdez como uma situação a ser consertada por meio de treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o implante coclear, etc. Já o termo “**surdo**” **traz embutida uma concepção socioantropológica que concebe a surdez como uma marca de identidade.**

Diante disto, há autores surdos e ouvintes que defendem a utilização do termo surdo como uma ferramenta de reconhecimento da dimensão política, linguística, social e cultural de uma comunidade, a comunidade surda, partindo do entendimento de que “O surdo tem diferença e, não, deficiência [...]” (PERLIN, 2016, p. 56).

Independente de definições e delimitações de termos, apenas a autopercepção do indivíduo irá dizer com qual terminologia o mesmo sente-se identificado (MIGLIOLI; SANTOS, 2017), possibilitando distinguir de quais formas esse indivíduo se comunica e vivencia o mundo ao seu redor, bem como quais são suas necessidades específicas de informação.

Neste trabalho, optou-se pela utilização do termo surdo e suas variáveis, como comunidade surda, público surdo, cultura surda e identidade surda, por ser a terminologia

mais utilizada nos trabalhos recuperados sobre o tema. Ainda, ao utilizar o termo “comunidade surda”, busca englobar

[...] pessoas que utilizam língua de sinais; pessoas bilíngues que utilizam língua de sinais e língua falada ou escrita; pessoas com deficiência auditiva e que se comunicam principalmente através da língua falada e da leitura labial; adultos surdos após terem vivido a experiência auditiva e depois de terem adquirido a linguagem oral; adultos mais velhos que perderam parte da audição devido à sua idade avançada; pessoas surdas que não usam nem língua de sinais nem língua escrita; pessoas com hipoacusia; indivíduos surdos-cegos; membros ouvintes da família; profissionais que atendem aos indivíduos mencionados. (FEDERACIÓN, 2000, p. 23, tradução nossa).

Dessa forma, a escolha dos termos não possui a pretensão de excluir do estudo aqueles que se identificam como deficientes auditivos (DA) e não como surdos.

2.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A SURDEZ

Tratar da história dos surdos é tratar da história das relações entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte (SÁ, 2010). Desde a Antiguidade, essa relação tendia a estigmatizar o surdo como um não humano, “[...] incapaz de se engajar nas práticas comunicativas e de constituir-se como sujeito no social.” (PERSE, 2011, p. 21). Teóricos como Aristóteles acreditavam que o pensamento só era possibilitado e organizado por meio da fala, de modo que a audição era considerada o canal mais importante para o aprendizado (PERSE, 2011). Além disso, acreditava-se que a surdez e o mutismo eram indissociáveis, de modo que essa parcela da população que não conseguia reproduzir o único veículo de linguagem reconhecido na época – o som – era vista como intelectualmente inferior (SÁ, 2010).

Para compreender os estigmas pelos quais os surdos passaram, trataremos das metodologias de ensino que lhes foram aplicadas ao longo dos anos, pois o processo educacional refletia o modo como eram vistos pela sociedade.

O primeiro indício do ensino de surdos partiu do monge beneditino espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), que era procurado para ensinar a fala, a leitura, a escrita, as contas e as orações aos surdos filhos de nobres (MIRANDA, 2015), os quais “[...] corriam o risco de não receberem o título e a herança como filhos primogênitos caso não falassem, pois o mudo não era legalmente reconhecido como pessoa.” (PERSE, 2011, p. 23). Assim, o início da história da instrução de surdos é, além de um privilégio daqueles que podiam pagá-la, um interesse econômico da família destes indivíduos.

Em 1620, foi publicado o primeiro livro de educação de surdos, *Reducción de lãs Letras y Arte para Enseñar à Hablar lós Mudos*, registrado pelo educador Juan Pablo Bonet (1579-1633), no qual relatava o método utilizado por Ponce de León. O livro apresentou pela primeira vez o alfabeto digital ou manual, que corresponde a um “[...] sistema de códigos ou forma manual que possibilita representar letra por letra, através da datilologia, as palavras da língua oral [...]” (ARCOVERDE, 2011, p. 119 *apud* MIRANDA, 2015, p. 42).

Somente no século XVIII foram criadas escolas voltadas para o ensino de surdos, cujas tendências eram norteadas por dois países, a França e a Alemanha. A primeira escola pública de ensino de surdos no mundo ocidental foi a escola francesa, criada em 1755 pelo abade Charles Michel de L’Epée (1712-1789). O método de ensino utilizado por L’Epée, era uma combinação de sinais já utilizados pelos surdos e sinais inventados por ele, aos quais denominou sinais metódicos, que combinavam a língua de sinais com a gramática francesa (MIRANDA, 2015; PERSE, 2011; ROCHA, 2008). Sá (2010, p. 70) faz uma crítica ao apontar que esse foi o marco do “[...] início das práticas de agrupamento de surdos em instituições [...]”, as quais eram primeiramente chamadas de asilos e depois de escolas. Assim, apesar de possibilitarem o desenvolvimento da cultura e da língua dos surdos, estes espaços também deram margem para o surgimento de estudiosos que acreditavam que “[...] os surdos deveriam ser separados não apenas da sociedade – como tinham sido [...] nas instituições –, mas uns dos outros.” (SÁ, 2010, p. 73).

A segunda vertente de ensino de surdos do século XVIII foi a adotada pela escola alemã, fundada em 1778, pelo pastor Samuel Heinicke (1729-1790). O método de ensino utilizado por Heinicke era o oralismo, que diz respeito a “[...] um treinamento, com orientação de fonoaudiólogos, para que uma pessoa surda possa produzir os sons vocais da língua oral. Essa prática é realizada juntamente com a prática da leitura labial.” (GESSER, 2009, p. 22).

Conforme aponta Rocha (2008), há inúmeras publicações que registram o debate entre os expoentes do método oral alemão e do método combinado francês. Até que, entre os dias 06 e 11 de setembro de 1880, em Milão, ocorreu o Congresso Internacional de Educação para Surdos, também conhecido como o Congresso de Milão (ATAS, 2011), cujo intuito era tratar do futuro da educação dos surdos, na busca por escolher qual método de ensino era mais eficiente: o da língua de sinais; o oralista; ou o método misto, que combinava os dois anteriores (MIRANDA, 2015). Ao fim, o Congresso de Milão considerou “[...] incontestável [a] superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimento [...]” (ATAS, 2011, p. 4),

de modo que deu preferência ao método oral puro de ensino, “Considerando que o uso simultâneo da língua oral e da língua de sinais oferece prejuízo à fala, à leitura labial e à precisão de ideias [...]” (ATAS, 2011, p. 5). Assim,

[...] as escolas, em sua grande maioria, proibiam o uso da língua de sinais para a comunicação entre os surdos, forçando-os a falar e a fazer leitura labial. Quando desobedeciam, eram castigados fisicamente, e tinham as mãos amarradas dentro das salas de aula [...]. (PEDDEN; HUMPHRIES, 1998 *apud* GESSER, 2009, p. 25).

Durante o restante do século XIX e mais da metade do século XX, o método oral puro, ou oralismo, manteve-se como forma dominante de ensino dos surdos, o que não impediu completamente a utilização da Língua de Sinais, pois a mesma “[...] continuava viva quando os surdos adultos se encontravam [...] longe de seus professores.” (MOURA, 2000, p. 41 *apud* PERSE, 2011, p. 41). Ainda sobre a Língua de Sinais, por serem línguas visuais, sem registro escrito durante longos anos, existe muita dificuldade de se localizar a sua origem (RAMOS, 2004 *apud* ISHIMOTO; ROMÃO, 2015). Entretanto, vale ressaltar que seu surgimento não se deve aos professores de surdos, “Pelo contrário, as línguas de sinais são fruto de um processo construído histórica e socialmente pelas comunidades surdas, até mesmo como produto histórico de sua resistência à dominação.” (SÁ, 2010, p. 131). Gesser (2009) aponta que em qualquer lugar que houver surdos interagindo, haverá línguas de sinais, por ser a língua natural desta população, criada e utilizada por uma comunidade de usuários, transmitida de geração em geração, sofrendo modificações com o passar do tempo (SÁ, 2010).

Com os insucessos na repressão das línguas de sinais e na escolarização de crianças e jovens surdos pelo oralismo, alguns professores defendiam uma educação mais flexível, que envolvesse gestos e outras formas de comunicação (CONEGLIAN, 2008, p. 91 *apud* MIRANDA, 2015, p. 44). Esse método ficou conhecido como Comunicação Total (CT).

Em 1960, o professor William Stokoe (1919-2000) publicou um livro intitulado *Language Structure: an Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*, no qual afirmava que a Língua Americana de Sinais (ASL) era uma língua com todas as características das línguas orais. Em 1965, Stokoe publicou, em conjunto com Dorothy Casterline e Carl Croneberg, o primeiro dicionário de Língua de Sinais, *A dictionary of American Sign Language* (MIRANDA, 2015).

A partir dos estudos de Stokoe, a linguística por trás das línguas de sinais começou a ser estudada e reconhecida, o que deu suporte ao surgimento de estudos sobre a compreensão da “[...] **surdez como uma designação cultural e/ou sociolinguística**, e não uma identificação definida por sua incapacidade de ouvir [...]” (STROBEL, 2008 *apud* MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p. 138, grifo nosso). Nesse contexto, a língua de sinais é um aspecto fundamental para a identificação da comunidade surda.

Diante dessas mudanças de paradigma apresentadas, “[...] a ideia de que os sujeitos surdos deveriam ser ajustados à sociedade ouvintista passou a ser explicitamente combatida na mesma medida em que o status de ‘minoridade linguística’ passou a ser defendido.” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 58 *apud* MIRANDA, 2015, p. 49). Com isso, um novo método de ensino vem sendo adotado na educação de surdos, denominado Bilinguismo, cuja proposta “[...] não privilegia uma língua, mas busca dar condições às crianças surdas de desenvolverem-se em língua de sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar a modalidade oral-auditiva e/ou escrita.” (ALBRES, 2010, p. 36 *apud* MIRANDA, 2015, p. 45).

Diante do exposto, é possível compreender que o que se sabe sobre a comunidade surda ainda é regido por equívocos e preconceitos. Na busca por contextualizar esses indivíduos no território brasileiro, a próxima subseção irá trazer apontamentos históricos acerca dos surdos no Brasil.

2.3 A SURDEZ NO CONTEXTO BRASILEIRO

Apesar de não existirem muitos documentos que tratem historicamente da surdez nas regiões brasileiras, sabe-se que o Brasil refletiu toda a polêmica que ocorria na Europa quanto à educação de surdos (PERSE, 2011). Em 1856, foi fundada no país a primeira escola para surdos, o Collégio Nacional para Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O responsável pela iniciativa foi o professor surdo francês E. Huet (1819-1908), diante do incentivo do imperador Dom Pedro II (ROCHA, 2008). O programa de ensino proposto por Huet compreendia as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada e Doutrina Cristã. Para se matricular,

[...] o aluno deveria ter entre sete e dezesseis anos e apresentar um certificado de vacinação. O curso tinha duração de seis anos, com foco no ensino agrícola, em função das características socioeconômicas do Brasil. Para as meninas, eram as mesmas regras, além do compromisso de organizar uma sociedade beneficente composta por senhoras notáveis. (ROCHA, 2008, p. 28).

Por ter sido durante décadas a única instituição voltada para surdos, tanto para todas as regiões do Brasil quanto para alguns países próximos, a instituição se firmou como referência para surdos e na temática da surdez (MIGLIOLI, SANTOS, 2017, p. 141). Ao longo da história, sofreu diversas mudanças de nomenclatura, refletindo o que estava sendo dito sobre os surdos na época. A principal mudança ocorrida foi a exclusão do termo mudo, desassociando a surdez do mutismo, e a inclusão da palavra educação, ambas ocorridas em 1957 (ROCHA, 2008).

Em 1911, como reflexo do que ocorria na Europa e, mais especificamente, do Congresso de Milão em 1880, a Instituição aprovou um novo regulamento que visava aplicar o método oral puro em todas as disciplinas. Professores, funcionários surdos e ex-alunos formaram importantes frentes de resistência ao regulamento, na tentativa de manter o uso da Língua de Sinais. Ainda assim, em 1957, por iniciativa da diretora Ana Rímoli de Faria Doria e por influência da pedagoga Alpia Couto, a Língua de Sinais foi oficialmente proibida em sala de aula (ROCHA, 2008). Como forma de garantir a proibição, foram tomadas medidas como, por exemplo, impedir o contato de alunos mais velhos com os alunos mais novos (GESSER, 2009).

O método oral puro manteve-se predominante no ensino dos surdos brasileiros até a publicação dos estudos linguísticos de William Stokoe. A partir de 1970, quando a filosofia da Comunicação Total e, em seguida, do Bilinguismo, começaram a crescer, a Língua Brasileira de Sinais – Libras, pôde ser reintegrada gradualmente ao Instituto (ROCHA, 2008). Com isso, o movimento surdo brasileiro aumentou e passou a reivindicar seus direitos, de modo que ao longo dos anos foram criadas Leis específicas para essa comunidade.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, além de trazer definições importantes, estabelece que Libras deve constituir como disciplina curricular optativa em todos os cursos de educação superior e na educação profissional. Além disso, a disciplina assume caráter obrigatório nos parâmetros curriculares dos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério (BRASIL, 2005).

Como forma de reconhecimento da existência da comunidade surda brasileira, tem-se a Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, a qual institui o Dia Nacional dos Surdos, celebrado no dia 26 de setembro de cada ano (BRASIL, 2008), e a Lei nº 13.055, de 22 de dezembro de 2014, que institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, comemorado no dia 24 de abril de cada ano (BRASIL, 2014). Além disso, tem-se a

regulamentação da profissão do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa a partir da Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010).

Por fim, em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A LBI é “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015, não paginado). A Lei está dividida em dois livros com capítulos que tratam desde o direito à vida ao direito de acesso à informação e à comunicação.

2.3.1 A Língua Brasileira de Sinais – Libras

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), é de extrema importância para afirmar a identidade da comunidade surda, de modo que a presente subseção busca apresentá-la e desfazer alguns mitos e crenças que geralmente os ouvintes possuem sobre ela.

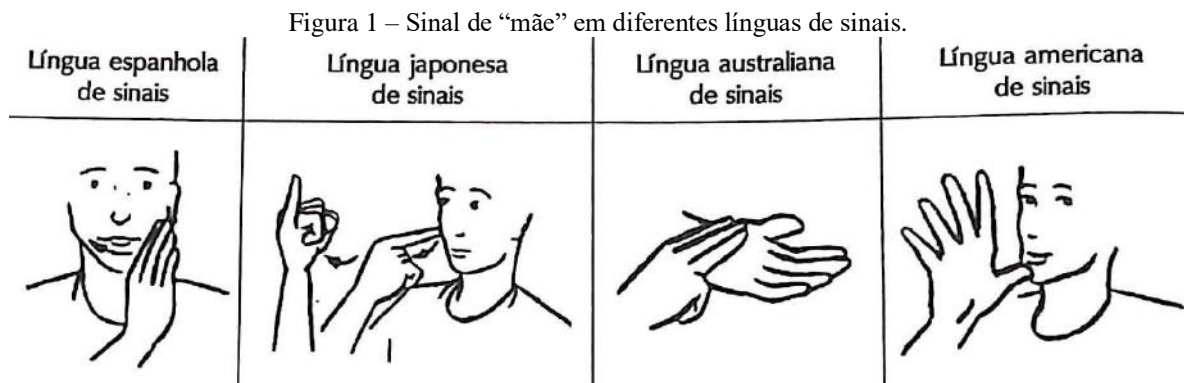
O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, define-a como

[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, não paginado).

O reconhecimento da Libras como sistema linguístico que, através de sinais e expressões percebidos pela visão, permitem a comunicação, a expressão e a transmissão de ideias e fatos da comunidade surda, é uma conquista após muitos anos de reivindicação dos movimentos surdos. Entretanto, apesar da lei reconhecê-la como uma língua, não é incomum ouvir pessoas denominando erroneamente a Libras como a *linguagem* brasileira de sinais. Quadros (1997) explica que, por conta do costume que as pessoas têm de associar a língua com a fala, a existência de uma língua que seja regida por sinais não parece fazer sentido. Essa crença passou a ser questionada com as pesquisas linguísticas do professor norte-americano William Stokoe, realizadas na década de 1960, que se debruçaram sobre a Língua de Sinais Americana (ASL), de modo a tentar compreender a sua estrutura. Como resultados, Stokoe obteve que a Língua de Sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (KARNOPP; QUADROS, 2009). Portanto, não estamos falando de uma linguagem de sinais

e sim de diversas Línguas de Sinais, com gramática e estrutura próprias (GESSER, 2009, p. 27).

Outra concepção equivocada e muito comum é a de que existe uma única língua de sinais universal. Para Gesser (2009), essa crença está ancorada no entendimento de que toda língua de sinais é uma espécie de código simples que pode ser transmitido a todos os surdos. Entretanto, assim como nas comunidades orais, cada país possui sua respectiva língua de sinais, de modo que "A língua de sinais americana é diferente da língua de sinais brasileira, assim como estas diferem da língua de sinais britânica, da língua de sinais francesa, e assim por diante." (KARNOPP; QUADROS, 2009, p. 33). Portanto, "Podemos dizer que o que é universal é o impulso dos indivíduos para a comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é sinalizado." (GESSER, 2009, p. 12). Para exemplificar, a Figura 1 compara como se diz "mãe" em diferentes Línguas de Sinais.



Fonte: GESSER, 2009, p. 12.

Além das diferentes línguas de cada país, a Língua de Sinais, "[...] ao passar, literalmente, 'de mão em mão', adquire novos 'sotaques', empresta e incorpora novos sinais, mescla-se com outras línguas em contato, adquire novas roupagens." (GESSER, 2009, p. 41). Dessa forma, do mesmo modo que o português falado no Brasil possui gírias e sotaques que variam de estado para estado, na Libras há sinais que sofrem variação regional, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Variação do sinal “faculdade” em São Paulo e no Rio de Janeiro.

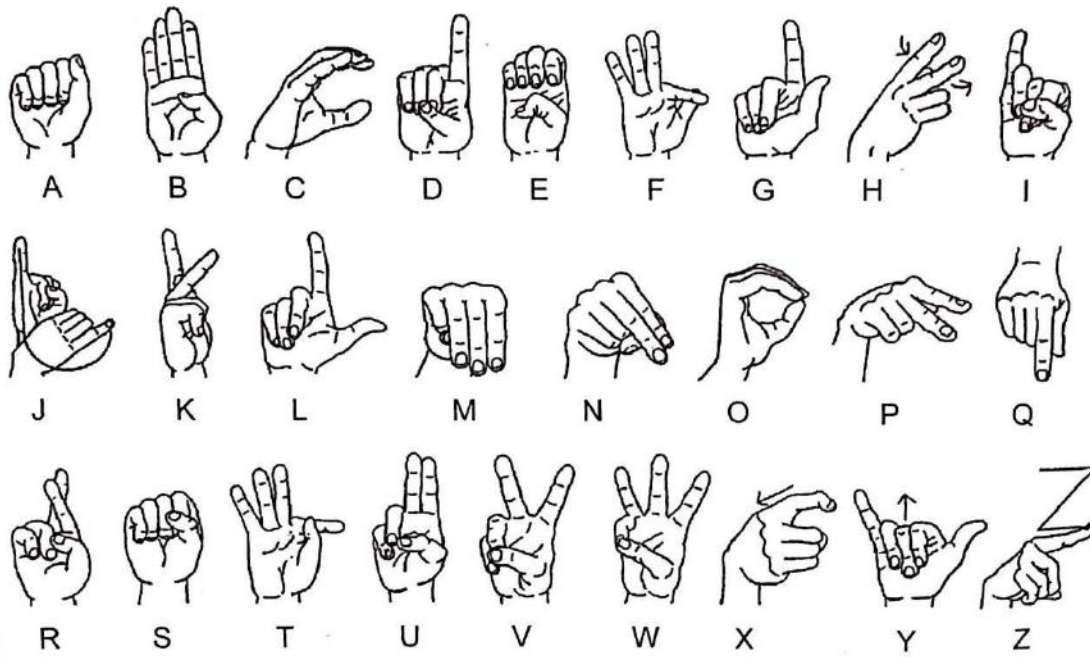


Fonte: GESSER, 2009, p. 40.

Conforme as Figuras 1 e 2 permitem elucidar, as línguas de sinais não são constituídas apenas pelo alfabeto manual ou datilologia, que diz respeito a um recurso utilizado para soletrar manualmente algumas palavras. A crença de que a Língua de Sinais é constituída apenas pelo alfabeto manual “[...] é fixar-se na ideia de que a língua de sinais é limitada, já que a única forma de expressão comunicativa seria uma adaptação das letras realizadas manualmente, convencionadas e representadas a partir da língua oral.” (GESSER, 2009, p. 29). Para ilustrar sua afirmação, Gesser (2009) aponta que atividades mais complexas, como ministrar uma aula ou uma palestra, seriam inviáveis e cansativas apenas por meio do soletramento manual.

Ainda sobre o alfabeto manual, apesar de haver semelhanças entre o da ASL e o da Libras, por ambos terem parentesco com a Língua de Sinais Francesa, cada país possui o seu próprio. “No Brasil, o alfabeto manual é composto de 27 formatos (contando o grafema Ç que é a configuração de mão da letra C com movimento trêmulo). Cada formato da mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro.” (GESSER, 2009, p. 30). A Figura 3 ilustra o alfabeto manual da Libras.

Figura 3 – Alfabeto manual ou datilologia da Língua Brasileira de Sinais – Libras.





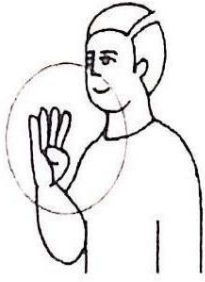
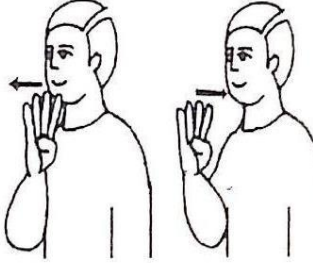
Fonte: GESSER, 2009, p. 30.

Ao desmistificar essas concepções sobre as Línguas de Sinais, compreende-se que a Libras é uma língua com estrutura própria e que não se limita ao alfabeto manual. Assim, a formação dos sinais desta língua vai muito além de soletrar as letras que formam uma palavra. As articulações das mãos são conhecidas como Parâmetros da Libras e estão divididos da seguinte forma (GESSER, 2009):

- a) configuração de mão, que são as formas das mãos no momento que se faz um sinal, podendo ser iguais à datilologia ou não;
- b) locação ou ponto de articulação, o qual representa o lugar onde o sinal é configurado, podendo ser em alguma parte do corpo ou em um espaço neutro;
- c) movimento, que diz respeito aos sinais precisarem ter um movimento ou não na hora de sua realização;
- d) orientação da palma da mão, que representa a direção que a palma da mão aponta na realização do sinal;
- e) expressão facial e/ou corporal, que atua como um traço diferenciador de sinais.

A Figura 4 demonstra quatro dos cinco parâmetros da Libras ao confeccionar o sinal correspondente à palavra “conhecer”.

Figura 4 – Parâmetros presentes no sinal “conhecer”.

Configuração da mão (CM)	Orientação da palma da mão (O)	Locação (L)	Movimento (M)
 [52]	 PARA O LADO [CONTRALATERAL]		

Fonte: GESSER, 2009, p. 17.

Por meio do avanço nos estudos linguísticos das Línguas de Sinais reforça-se o caráter natural das mesmas, conforme aponta Quadros (1997, p. 47, grifo nosso)

Tais línguas são naturais internamente e externamente, pois refletem a capacidade psicobiológica humana para a linguagem e porque **surgiram da mesma forma que as línguas orais - da necessidade específica e natural dos seres humanos de usarem um sistema lingüístico para expressarem idéias, sentimentos e ações.** As línguas de sinais são sistemas lingüísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. **São línguas que não se derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade lingüística.**

Portanto, a Libras, bem como todas as outras Línguas de Sinais existentes, possuem todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural, de modo que é necessário conscientizar os indivíduos que não fazem parte da comunidade surda de que possuir um canal comunicativo diferente "[...] não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais." (GESSER, 2009, p. 21-22).

A partir deste entendimento, pode-se seguir para o próximo tópico de importância para a pesquisa: as bibliotecas.

3 BIBLIOTECAS E A COMUNIDADE SURDA

Historicamente, surdos e bibliotecas não têm prestado atenção uns aos outros. Em parte, isso se deve pelas bibliotecas e suas equipes não terem o entendimento de que a população surda necessita de produtos e serviços adequados à sua realidade, visto que a surdez, por muitas vezes, é compreendida como a “deficiência invisível”, por não ser possível identificar um surdo por meio de uma observação casual, a menos que esteja fazendo uso da língua de sinais. Já no lado da comunidade surda, as “[...] pessoas que são surdas de nascimento ou desde idade precoce geralmente têm dificuldades de leitura e tendem a não utilizar bibliotecas.” (FEDERACIÓN, 2000, p. 9, tradução nossa), além de muitas vezes não saberem de que formas as bibliotecas podem ser-lhes úteis.

O papel das bibliotecas vem se modificando ao longo dos anos. O próprio conceito de biblioteca se transformou, pois “[...] de serviços herméticos a serviço das elites, evoluiu para unidades de informação abrangentes, atualmente conectadas ao mundo e focadas nas necessidades por informação da parte de seus usuários.” (PUPO, 2009, p. 52 *apud* SILVA; BERNARDINO, 2015, p. 33). Dessa forma, a biblioteca, que antes sequer podia ser acessada, passou a ter os usuários como norte de seu funcionamento e provimento de serviços e produtos.

Com essa mudança de paradigma, Lancaster (2004, p. 8, grifo nosso) diz que é possível considerar a biblioteca como uma interface ou uma ponte entre os recursos de informação disponíveis e a comunidade de usuários a ser atendida, de modo que

[...] a biblioteca está mais diretamente interessada em processar insumos com a **finalidade de gerar produtos, que são os serviços de informação que oferece**. O insumo primário, ou seja, os recursos financeiros, é usado para conseguir insumos secundários importantes, a saber, recursos informacionais (principalmente publicações de vários tipos), pessoal para utilizar esses recursos, e instalações físicas para armazenar o material, oferecer serviços e assim por diante.

O autor aponta que a biblioteca possui dois grupos principais de atividades. O primeiro trata da organização e do controle dos recursos informacionais, geralmente denominados de processamento técnico em bibliotecas tradicionais. Neste setor são produzidos diversos instrumentos, como catálogos, bibliografias, classificação do material para as estantes, que tornam possível o segundo grupo de atividades: os serviços ao público. Portanto, os dois principais grupos de atividades de uma biblioteca estão interligados, de modo que o segundo é possibilitado e afirma a necessidade de existência do primeiro.

A partir do entendimento de que a função de uma biblioteca está diretamente ligada aos serviços que oferece a seu público, ou seja, às necessidades informacionais dos usuários a que atende, muito tem se discutido acerca do papel social da biblioteca, destacando sua importância ao “[...] contribuir para o social, educacional e cultural, dando a oportunidade a todos sem restrições, o direito de utilizar do seu acervo o conhecimento desejado [...].” (CÂMARA, 2011, p. 6 *apud* MIRANDA; MIRANDA, 2015, p. 8). Desta forma, a presente pesquisa entende que a principal função das bibliotecas é contribuir para a democratização do acesso à informação, buscando elementos para que todo o seu público alvo utilize e acesse seu espaço físico, serviços e a informação disponibilizada em seu acervo.

Diante disso, as bibliotecas precisam não só conhecer o público alvo a que atendem mediante estudos de usuário, mas também adequar seus produtos e serviços para que possa estar acessível a todas as nuances desse público.

No que tange o acesso à informação das pessoas com deficiência, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) apresenta conceitos importantes, como o de acessibilidade, que diz respeito a

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e **autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]. (BRASIL, 2015, não paginado, grifo nosso).

O conceito de barreira é apresentado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) como

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à **comunicação, ao acesso à informação**, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (BRASIL, 2015, não paginado, grifo nosso).

A LBI também faz uma classificação dessas barreiras em seis categorias diferentes, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Tipos de barreiras segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Categoria de barreira	Limitação a qual está relacionada
Barreira urbanística	Vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
Barreira arquitetônica	Edifícios públicos e privados.
Barreira no transporte	Sistemas e meios de transportes.
Barreira nas comunicações e na informação	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
Barreira atitudinal	Atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
Barreira tecnológica	Barreira que dificulta ou impede o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Fonte: BRASIL, 2015.

Os trechos destacados no conceito de acessibilidade e barreira são referentes ao acesso à informação e à comunicação como forma de trazer autonomia para a vida dos usuários. Conforme apontam Miglioli e Santos (2017), os indivíduos com deficiência visual ou motora são mantidos longe de coisas, como objetos e o próprio espaço físico; enquanto os surdos e deficientes auditivos, são separados de pessoas, no que se refere à dificuldade de comunicação. Portanto, as adequações feitas na prestação de serviços voltados à comunidade surda devem levar em consideração, principalmente, o aspecto da comunicação. Nesse sentido, as bibliotecas podem servir como um forte pilar para dar base aos surdos no processo de desenvolvimento da escrita e da leitura, de modo a auxiliá-los na reivindicação de seus

direitos à cidadania e à vida em comunidade (ISHIMOTO; ROMÃO, 2015), favorecendo assim sua conquista por autonomia.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) possui duas normas importantes para garantir esse tipo de acessibilidade, são elas: a NBR 15599, de 2008, que estabelece diretrizes gerais para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008); e a NBR 9050, de 2015, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

3.1 DIRETRIZES PARA SERVIÇOS DE BIBLIOTECA PARA SURDOS

Na busca por informar os bibliotecários das necessidades do usuário surdo em relação às bibliotecas e à informação, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), publicou no ano de 2000, a segunda edição das Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS), destinadas a qualquer biblioteca que possua entre seus usuários algum surdo, de modo que diz respeito a qualquer tipo de biblioteca, seja ela pública, escolar, acadêmica ou especializada (FEDERACIÓN, 2000, tradução nossa). Apesar de serem de escopo internacional, as DSBS podem servir de base para que cada país elabore diretrizes adequadas à sua realidade.

Reafirmando o que já foi discutido, o documento da IFLA aponta que “A questão primária relativa ao provimento de serviços para surdos é que a comunicação geralmente requer esforços adicionais, conhecimento, paciência e (onde for possível) recursos tecnológicos.” (FEDERACIÓN, 2000, p. 9, tradução nossa). Ainda assim, vale ressaltar que, apesar de não serem as principais barreiras experienciadas pela comunidade surda, os demais tipos de barreiras afetam e podem ser melhoradas no atendimento dessa população. Por exemplo, “[...] uma sinalização clara e visível pode ajudar o surdo a navegar no espaço da biblioteca sozinho, sem a necessidade de dependência de instrução dando-lhe autonomia e permitindo assim o uso democrático e igualitário do espaço.” (ISHIMOTO; ROMÃO, 2015 *apud* MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p. 139).

As DSBS estão divididas em cinco categorias: pessoal (*personal*), comunicação (*comunicacion*), acervo (*colecciones*), serviços (*servicios*) e divulgação de programas (*mercadeo del programas*). Cada categoria apresenta tópicos comentados, dentre os quais selecionou-se os que possuem maior importância para o trabalho e serão apresentados a

seguir. É importante salientar que o documento recuperado está em espanhol, de modo que os itens relacionados abaixo foram traduzidos pela autora.

Na categoria pessoal estão as questões relacionadas com a capacitação e o preparo dos profissionais das bibliotecas para atenderem o público surdo. Dessa forma, são tópicos de interesse:

- a) a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de serviços de uma biblioteca para a comunidade surda deve ser atribuída a um bibliotecário profissional com capacitação para isto;
- b) os funcionários da biblioteca devem receber treinamento focado em questões suscitadas pelo provimento de serviços para a comunidade surda.;
- c) instituições de ensino na área da Biblioteconomia devem oferecer treinamento no provimento de serviços para a comunidade surda, como parte regular de seu currículo básico de preparação de bibliotecários.

A categoria comunicação trata de questões que auxiliam a interação dos usuários surdos com os funcionários da biblioteca, a saber:

- a) toda a equipe técnica das bibliotecas deve receber treinamento em como comunicar-se com surdos de forma efetiva;
- b) as bibliotecas devem se certificar de que sua presença na Internet é totalmente acessível;
- c) as bibliotecas devem utilizar os avanços recentes da tecnologia para a comunicação com os surdos quando tal tecnologia é comprovadamente benéfica para a comunidade surda;
- d) as bibliotecas que possuem instalações para exibição de programas de televisão devem prover decodificadores de legendas ocultas para seus usuários;
- e) as bibliotecas devem instalar sinais de alerta visíveis para avisar aos usuários surdos no caso de problemas ou emergências.

Na categoria acervo estão especificações sobre os itens adquiridos pela biblioteca. Os pontos de interesse para o trabalho são:

- a) as bibliotecas devem coletar materiais relacionados à surdez e à cultura surda que sejam de interesse tanto dos usuários surdos como ouvintes;
- b) as bibliotecas devem coletar, manter e oferecer informações sobre opções educacionais, agências de referência e programas para surdos de forma totalmente neutra;

- c) as bibliotecas devem montar e prover acesso a um acervo de materiais de alto interesse/baixo nível de leitura que sejam interessantes para os surdos;
- d) materiais visuais não impressos devem ser parte integral de qualquer acervo de biblioteca adquirido para atender e prestar serviços aos usuários surdos. Fitas de vídeo com programas de televisão e outros recursos de mídia com porções em áudio, devem ser legendados ou sinalizados de forma que possam ser entendidos por pessoas que não têm a capacidade de ouvir.

A categoria serviços aponta que todos os produtos e/ou serviços oferecidos por uma biblioteca devem ser acessíveis aos usuários surdos, além disso, aponta que:

- a) bibliotecas devem oferecer programas conduzidos em línguas de sinais;
- b) as bibliotecas devem prover informações sobre programas locais de letramento que sejam acessíveis a surdos não-leitores;
- c) as bibliotecas devem incluir informações de interesse específico da comunidade surda nas suas bases de dados online de informações comunitárias e de referência;
- d) as bibliotecas devem incluir uma variedade não tendenciosa de links eletrônicos relacionados aos surdos e à surdez em suas bases de dados online.

Por fim, a categoria divulgação de programas estabelece que as bibliotecas devem realizar divulgação intensa para a comunidade surda sobre seus programas e serviços e que toda publicidade da biblioteca deve prever o acesso à comunidade surda.

É importante salientar que, apesar das diretrizes tratarem da implantação de programas e serviços especializados através do reconhecimento das necessidades específicas da comunidade surda, este tipo de serviço “[...] não deve se constituir na totalidade da experiência da biblioteca para os usuários surdos.” (FEDERACIÓN, 2000, p. 9, tradução nossa, p. 10).

Nesta pesquisa todas as categorias serão levadas em consideração, visto que se encaixam como serviços e/ou produtos oferecidos por bibliotecas.

3.2 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E USUÁRIOS SURDOS

A surdez no contexto das bibliotecas tem sido discutida tanto internacionalmente quanto nacionalmente. Para adentrar no objeto de estudo da pesquisa, a presente subseção irá apresentar um panorama sobre bibliotecas universitárias e usuários surdos.

Por estarem vinculadas às Instituições de Ensino Superior, as Bibliotecas Universitárias (BU) devem adequar-se aos objetivos e inovações dessas instituições

(CONEGLIAN; SILVA, 2006, p. 90). Possuem como função “[...] prover infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades universitárias, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária.” (TARAPANOFF, 1981 *apud* STROPARO, 2014, p. 64). Dessa forma, a biblioteca universitária gere os recursos informacionais fundamentais para que a universidade desenvolva conhecimento. Segundo Stroparo (2014, p. 14, grifo nosso)

A relação entre biblioteca e universidade é que uma produz e a outra registra e divulga a produção acadêmica. **É no âmbito da biblioteca que o processo começa e termina.** A comunidade acadêmica consulta a biblioteca para produzir conhecimento e, posteriormente, transfere sua produção por meio de algum recurso de informação.

Tarapanoff (1982) aponta que a biblioteca universitária depende não só da universidade e de outras instituições para se manter, mas também de usuários e bibliotecários para existir. Portanto, o objetivo básico da biblioteca universitária “[...] é servir aos estudantes, professores, especialistas, pesquisadores e toda as pessoas que compõem a comunidade universitária.” (TARAPANOFF, 1982, p. 81). Para Coneglian e Silva (2006, p. 89), além de garantir o acesso à informação aos estudantes, as BU lhes permitem aprimorar suas pesquisas, o que contribui para a sua permanência na universidade,

[...] uma vez que se a biblioteca for acessível e o estudante tiver meios e autonomia para realizar suas pesquisas haverá uma diminuição da evasão, o que contribuirá para que o conhecimento adquirido na universidade seja transformado em novos conhecimentos retornando para a comunidade em geral novos produtos e serviços que beneficiem a todos – conhecimento gerando conhecimento.

Tendo isso em vista, as BU possuem importante papel no desenvolvimento acadêmico dos estudantes universitários e devem atender as necessidades de informação dos seus usuários considerando suas possíveis limitações por meio do oferecimento de serviços e produtos diferenciados. De acordo com Menegatti (2012, p. 37 *apud* MIRANDA, 2015, p. 90) para que as pessoas com deficiência tenham autonomia, independência e empoderamento para realizar suas pesquisas em bibliotecas universitárias é necessário: “[...] tornar ambientes e serviços acessíveis a todos, tarefa nem sempre possível, dadas as limitações espaciais, de recursos e o desconhecimento dos profissionais sobre o tema.”.

Em seu artigo décimo quarto, a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências, estabelece que as instituições federais de ensino devem garantir às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos

processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior. Já no artigo vigésimo primeiro, aponta que as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior “[...] devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.” (BRASIL, 2005, não paginado). Por fim, no artigo vigésimo terceiro, estabelece que as instituições federais de ensino, de educação básica e superior,

[...] devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em **outros espaços educacionais**, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2005, não paginado, grifo nosso).

Entretanto, mesmo que as leis amparem os estudantes com deficiência, as BU ainda são frágeis em relação à regulamentação das mesmas e faltam políticas institucionais inclusivas efetivas. Dentre os problemas enfrentados no dia a dia, estão a busca por obtenção de recursos externos pois faltam investimentos, a falta de acervo especial e programas mais efetivos para democratizar o acesso e a necessidade de capacitação dos profissionais para melhorar o desenvolvimento de produtos e serviços para os alunos com deficiência (STROPARO, 2014). Em suas pesquisas, Coneglian e Silva (2006, p. 98) apontam que em relação às BU e os estudantes com deficiência das universidades

- falta investimento na capacitação dos profissionais que atuam em bibliotecas universitárias para atender aos usuários surdos e com deficiência auditiva, principalmente quanto à capacitação em Libras; [...]
- há necessidade de investimento em tecnologias assistivas e em produtos e serviços que atendam as necessidades informacionais desses usuários, tais como melhoria na acessibilidade em ambientes virtuais, seguindo as recomendações do W3C, incluindo vídeos em Libras nos sites das bibliotecas, iniciativa que, como vimos, já foi até premiada;
- há necessidade de intérpretes de Libras no ambiente da biblioteca;
- é preciso ampliar os estudos sobre as necessidades informacionais e o trabalho de competência informacional a ser desenvolvido com esses usuários; [...].

Diante disso, a pesquisa pretende contribuir com os estudos acerca da relação entre as bibliotecas e a comunidade surda, mais especificamente as bibliotecas universitárias e os estudantes surdos. Assim, a próxima seção busca elucidar de que maneira desenvolveu-se a pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de caráter exploratório, visto que aborda uma temática pouco analisada por estudos anteriores, não tendo, portanto, a finalidade de testar uma hipótese, mas sim de procurar padrões (BRAGA, 2007), através do desenvolvimento e esclarecimento de conceitos e ideias, permitindo “[...] a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008, p. 27).

Para embasar a pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico de materiais existentes sobre a temática, especificamente artigos científicos e trabalhos acadêmicos. A busca foi realizada na Base de dados de periódicos em Ciência da Informação (Brapci), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico, com intuito de localizar pesquisas que tratassem da relação entre as bibliotecas universitárias e os usuários surdos.

Além disso, foi feita uma pesquisa documental que, apesar de semelhante à bibliográfica, difere-se da mesma quanto a natureza das fontes. Segundo Gil (2008, p. 51, grifo nosso)

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que **ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.**

Dentre os documentos analisados, estão as Leis citadas ao longo da pesquisa, bem como as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS) da IFLA.

4.1 CAMPO DA PESQUISA

O campo de pesquisa escolhido para o trabalho foi a Biblioteca José de Alencar (BJA) da Faculdade de Letras (FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para apresentar o campo de pesquisa, iremos primeiramente fazer apontamentos sobre a Universidade e o Sistema de Bibliotecas ao qual pertence.

A UFRJ foi criada no dia 07 de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro; passou a se chamar Universidade do Brasil em 1937 e a partir de 1965 recebeu a denominação atual. A criação da UFRJ se deu por meio da justaposição de instituições de ensino superior já existentes, a saber, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a

Faculdade de Direito (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2006?]a). Como missão institucional, a UFRJ busca “[...] proporcionar à sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2006?]b, não paginado).

Atualmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro é dividida nos seguintes Centros: Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN); Centro de Letras e Artes (CLA); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH); Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE); Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Tecnologia (CT) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2018?]). A Faculdade de Letras (FL) faz parte do Centro de Letras e Artes (CLA) e foi criada no dia 08 de janeiro de 1968, após o desmembramento dos cursos do Departamento de Letras da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Foi inaugurada no dia 05 de março de 1968, com um corpo de 70 docentes e 25 funcionários e está situada desde janeiro de 1985 no Campus Universitário da Ilha do Fundão. Atualmente, a Faculdade de Letras conta com um quadro de aproximadamente 200 servidores técnico-administrativos e um corpo discente com mais de 4.000 estudantes (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2019).

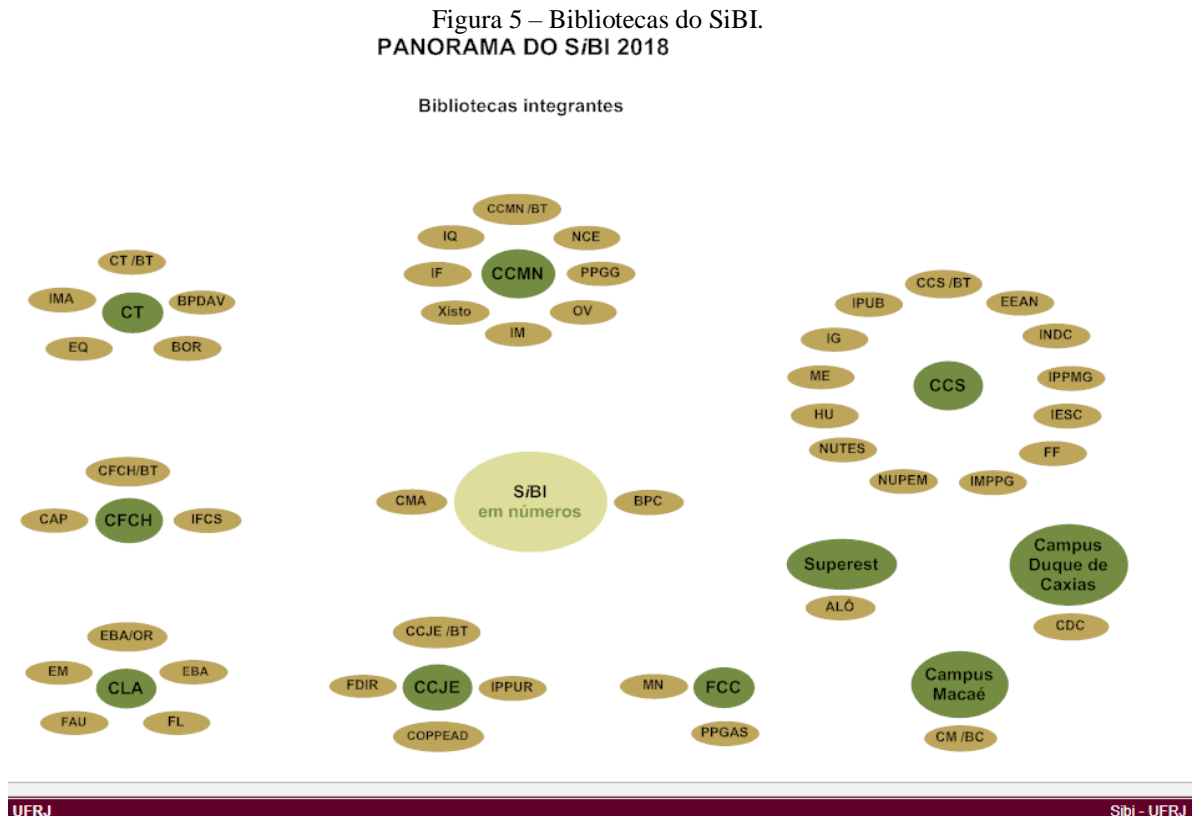
O gerenciamento de todas as 45 bibliotecas da UFRJ é feito por um órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura (FCC), denominado Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), o qual

[...] tem por objetivo principal a interação de suas bibliotecas com a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, fomentamos a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2001?], não paginado).

O SiBI teve início em 1983, a partir de projeto proposto por uma comissão de bibliotecários coordenada pela professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, a qual tinha a função de organizar a aquisição centralizada de periódicos estrangeiros para a UFRJ. Com isso, evidenciou-se a necessidade de uma organização com estrutura sistêmica centralizada para a administração das bibliotecas da Universidade. Ainda assim, o SiBI/UFRJ somente foi aprovado na sessão do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) do dia 31 de outubro de 1989. Desde então, o SiBI vem desenvolvendo ações para promover a integração das bibliotecas da UFRJ, bem como para sua integração às políticas acadêmicas e

administrativas da instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2009?]).

A Figura 5 ilustra todas as bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2016?].

Partindo para o campo de pesquisa propriamente dito, a biblioteca da Faculdade de Letras, denominada Biblioteca José de Alencar (BJA), foi criada pelo professor Afrânio Coutinho em 9 de abril de 1969, quando foi criado e estruturado o Serviço de Documentação e Informação da Faculdade de Letras (SEDIN/FL), com a finalidade de atender às necessidades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2007?]).

O acervo da BJA foi constituído das coleções da Biblioteca da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Biblioteca Central da Universidade e de coleções particulares de maior importância bibliográfica. No dia 6 de março de 1985, a Biblioteca José de Alencar foi reinaugurada no campus universitário da Ilha do Fundão. Em 1994, foram adquiridas as coleções do professor Celso Cunha, uma das coleções mais raras e especializadas do país na área de Filologia, Linguística e Literatura, localizadas em espaço próprio, e a do professor

Afrânio Coutinho, especializada em Literatura e Crítica Literária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2007?]).

Atualmente, a biblioteca da Faculdade de Letras possui o maior acervo da América do Sul na área de Letras, tendo ultrapassado a marca de 400.000 livros, inclusas 8.500 obras raras autografadas e quase 67.000 periódicos.

4.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa adota o método qualitativo que, segundo Braga (2007), ajuda não só a compreender o objeto de estudo, mas também a construí-lo a partir de novos aspectos e sob novas perspectivas. Assim, o objetivo vai além de testar o que é conhecido, busca também “[...] fazer novas descobertas e desenvolver novas teorias com base na experiência empírica.” (BRAGA, 2007, p. 28).

Como método de coleta de dados, optou-se pela utilização do questionário, definido por Gil (2008, p. 121) como uma técnica de investigação “[...] composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”.

Diante da pandemia decorrente da Covid-19 em 2020, a UFRJ adotou o ensino remoto, de modo que a coleta de dados da pesquisa passou por alguns entraves e adaptações. Inicialmente, seria aplicado um questionário online com os funcionários da biblioteca e seria realizada entrevista estruturada com os estudantes surdos de duas turmas do curso de Letras-Libras da UFRJ, em horário cedido por um professor e com acompanhamento de intérprete da própria faculdade. Porém, com a impossibilidade de coletar dados pessoalmente, modificou-se o método para aplicação de questionário online nas duas populações. Dessa forma, as técnicas de coleta de dados foram:

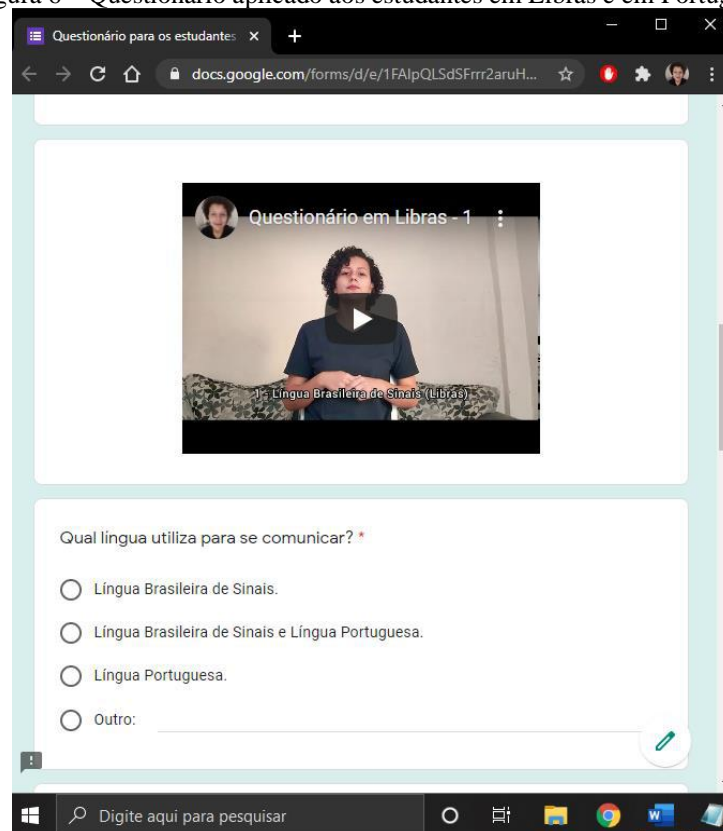
- a) questionário voltado para os funcionários da BJA/FL, com objetivo de identificar serviços e/ou produtos da biblioteca mais voltados para a comunidade surda (APÊNDICE A);
- b) questionário voltado para os estudantes surdos da FL, com intuito de identificar como estes alunos percebem os serviços e/ou produtos da BJA/FL (APÊNDICE B).

Escolheu-se a plataforma *Google Forms* para armazenamento dos questionários, visto que foi a que mais se adequou às modificações ocorridas na coleta de dados da pesquisa.

O pré-teste não foi realizado no questionário dos funcionários da BJA/FL pois a equipe é pequena e naturalmente poderiam comentar uns com os outros. Já o pré-teste do questionário voltado aos estudantes surdos da FL foi enviado a dois alunos surdos do curso de Letras-Libras e obteve apenas uma resposta. Após isso, algumas falhas no questionário foram percebidas e corrigidas.

Desse modo, após a confecção do questionário em português, estudou-se as opções existentes para a inserção da Libras no mesmo. Optou-se então pela gravação de vídeos com a tradução das perguntas e opções de resposta, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6 – Questionário aplicado aos estudantes em Libras e em Português.



Fonte: a autora.

Como método de análise de dados, foi utilizada análise de conteúdo, que, dentre suas diversas funções, está a “[...] descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.” (GOMES, 2002, p. 74).

4.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

Segundo Gil (2008, p. 89), o universo ou população é "[...] um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características.", enquanto a amostra diz respeito a "[...] um subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população." (GIL, 2008, p. 90).

Dessa forma, constitui-se como população deste estudo a totalidade de funcionários da BJA/FL, bem como os estudantes surdos da Faculdade de Letras da UFRJ. Quanto à população de estudantes surdos da FL, selecionou-se o curso de Letras-Libras por ser o curso com maior número de estudantes surdos na FL.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Diante dos procedimentos metodológicos elucidados anteriormente, a presente seção está dividida em duas subseções elaboradas de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, de modo a identificar primeiro quais são os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras (BJA/FL), e em seguida, apresentando o olhar dos estudantes surdos sobre estes serviços e produtos.

5.1 SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS PELA BJA/FL

Os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar podem ser localizados facilmente no site da biblioteca. São eles (UNIVERSIDADE, [2007?]):

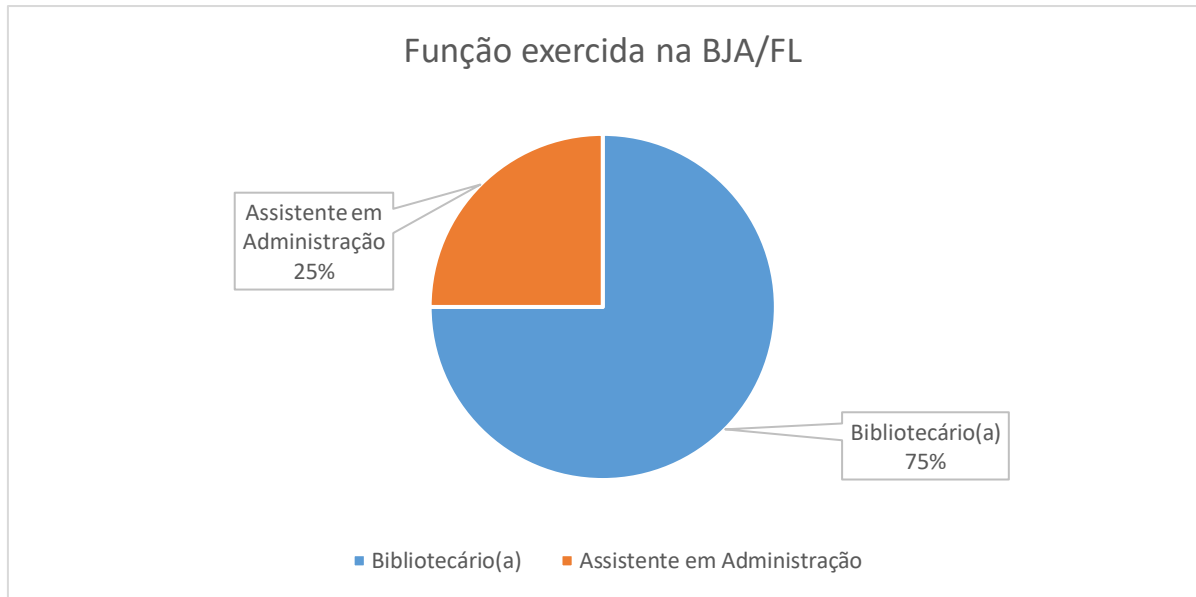
- a) empréstimo domiciliar: cada usuário pode pegar emprestado até 6 obras das coleções disponíveis para empréstimo domiciliar, a saber, Acervo Geral, Folheto, Coleção CD-ROM e Coleção Casa da Madrinha;
- b) catálogo online da biblioteca: permite visualizar a disponibilidade e a localização dos itens das bibliotecas da UFRJ, bem como renovar online os itens emprestados e fazer reservas;
- c) armário coletor de livros: devolução de itens que estão emprestados ao usuário a qualquer hora do dia por meio de um armário coletor de livros, localizado fora da biblioteca;
- d) acesso remoto: serviço oferecido aos alunos, professores e demais servidores da UFRJ, no qual os usuários da biblioteca podem pesquisar nas bases de dados pagas pelo SiBI fora do campus da UFRJ;
- e) COMUT: a Comutação Bibliográfica (COMUT) é o programa onde as instituições participantes fornecem cópias (via e-mail ou papel) de documentos técnico-científicos existente nas principais bibliotecas brasileiras e serviços de informação internacionais;
- f) empréstimo entre bibliotecas: usuários da BJA podem realizar empréstimo em instituições conveniadas por meio de formulário específico;
- g) ficha catalográfica: os usuários podem solicitar a ficha catalográfica de seu trabalho por meio do preenchimento de um formulário online ou comparecendo pessoalmente à biblioteca;
- h) trabalhos acadêmicos: a biblioteca fornece manuais acerca da confecção de trabalhos acadêmicos;

- i) visita guiada: apresenta e situa os alunos de graduação dentro do espaço físico da Biblioteca José de Alencar, incentivando a comunidade acadêmica a conhecer e utilizar os serviços da biblioteca;
- j) treinamentos: oferecidos on-line pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no uso do Portal de Periódicos por área do conhecimento em diversas opções de datas;
- k) Repositório Institucional Pantheon: proporciona visibilidade à produção científica e intelectual da UFRJ para estimular a mais ampla circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso da informação científica e tecnológica;
- l) nada consta: documento exigido pelas secretarias acadêmicas e emitido pelas bibliotecas da Universidade que comprova a ausência de débitos nas bibliotecas do SiBI/UFRJ.

No intuito de identificar possíveis serviços e produtos oferecidos pela BJA/FL específicos para a comunidade surda, bem como a relação existente entre os funcionários da biblioteca e os estudantes surdos da FL, elaborou-se um questionário (APÊNDICE A), o qual foi enviado à bibliotecária-chefe da Biblioteca da Faculdade de Letras, solicitando o envio para a equipe da biblioteca em sua totalidade. Além disso, para fins de pesquisa, também consideramos como um serviço o atendimento presencial aos usuários.

Baseado principalmente nas Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (ver seção 3.1), o questionário apresenta perguntas envolvendo as categorias pessoal, comunicação, acervo e serviços. Apesar de ter ficado disponível para respostas no *Google Forms* dentre o período de 30 de julho e 30 de setembro, o questionário obteve apenas 4 respostas. Dentre os respondentes, três são bibliotecários e um é assistente administrativo, conforme a Figura 5.

Figura 7 – Primeira pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.



Fonte: a autora.

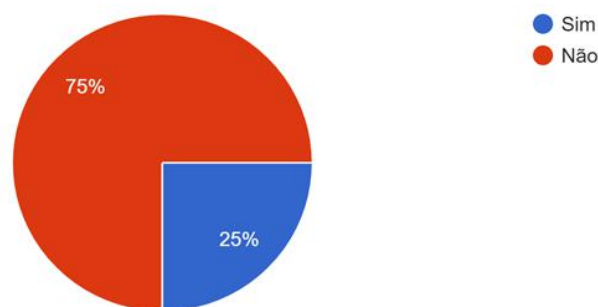
Reiterando o apontamento feito na subseção 3.2, falta investimento na capacitação dos profissionais que atuam em bibliotecas universitárias para atender aos usuários surdos (CONEGLIAN; SILVA, 2006), visto que todos os respondentes afirmaram não ter tido nenhum treinamento no provimento de serviços para a comunidade surda.

Ainda na categoria pessoal, questionou-se a existência de um funcionário dedicado ao provimento de serviços e produtos voltados para a comunidade surda. Não houve um consenso entre os respondentes, mas a maioria (75%) deu uma resposta negativa à questão, conforme Figura 6 abaixo.

Figura 8 – Terceira pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.

Existe algum funcionário na equipe da biblioteca responsável pelo provimento de serviços para a comunidade surda?

4 respostas



Fonte: a autora.

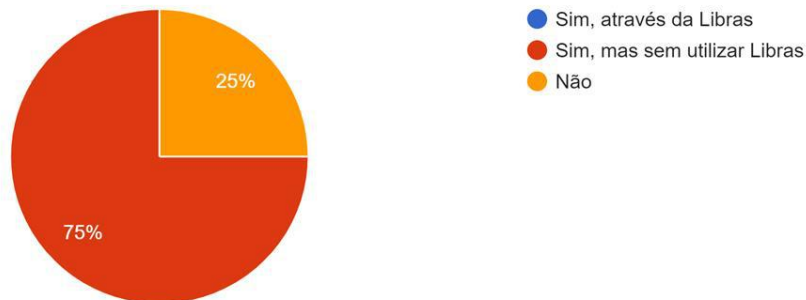
A maior parte dos respondentes aponta nunca ter tido contato com estudantes surdos enquanto exercia seu trabalho (75%). Porém, é preciso ter em mente que a surdez pode ser compreendida como uma “deficiência invisível” (ver seção 3), visto que não é possível identificar um surdo por meio de uma observação casual.

No que diz respeito à comunicação, apesar da maior parte dos respondentes nunca terem tido contato com estudantes surdos enquanto exerciam seu trabalho, essa mesma quantidade de respondentes (75%) considera estar apto para se comunicar com estes usuários sem utilizar a Libras, conforme ilustra a Figura 7. Apenas um respondente (25%) afirma ter feito curso de Língua Brasileira de Sinais e, ainda assim, não se considera apto para se comunicar com os usuários surdos da biblioteca por meio da Libras.

Figura 9 – Sexta pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.

Você consegue se comunicar com os usuários surdos da Biblioteca?

4 respostas



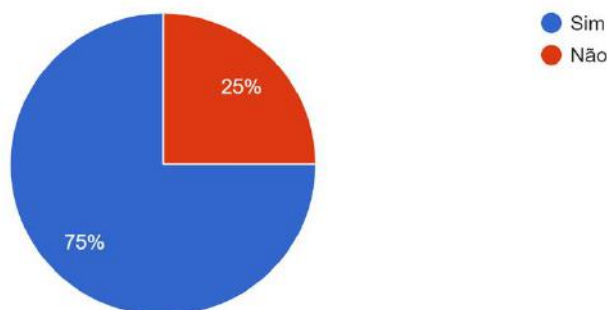
Fonte: a autora.

Quando questionados sobre a divulgação de materiais relacionados à surdez e à cultura surda, a maior parte dos respondentes (75%) acredita que sim, a biblioteca divulga esse tipo de material, conforme ilustra a Figura 8.

Figura 10 – Sétima pergunta do questionário para os funcionários da BJA/FL.

A Biblioteca divulga materiais relacionados à surdez e à cultura surda?

4 respostas



Fonte: a autora.

A BJA/FL possui um perfil na rede social Facebook e um site. Portanto, foi questionado se estas mídias sociais são acessíveis ao público surdo. Há uma divergência entre os respondentes, tendo 75% respondido que sim, enquanto 25% respondeu que não. A acessibilidade no espaço virtual não é foco deste estudo, mas uma visita rápida ao site da biblioteca permite observar que não há a opção da janela em Libras para auxiliar os estudantes surdos a navegar no site.

Ainda com relação à comunicação, foi questionado se a BJA/FL possui algum tipo de serviço de emergência específico para os estudantes surdos, visto que os sinais de alerta comumente são sonoros. Nesta questão houve unanimidade, com todos os respondentes respondendo que não (100%).

Partindo para a categoria de acervo, sabe-se que a biblioteca conta com uma coleção de livros voltados para a comunidade surda. Quando se trata de acervo em mídia para a comunidade surda, é necessário que o mesmo possua legendas ou janela com tradução em Libras. De acordo com a maior parte dos respondentes (75%), a biblioteca possui acervo em mídia na Língua Brasileira de Sinais.

Por fim, quando questionados se acreditam que a BJA/FL está preparada para atender usuários surdos, um respondente acredita que não (25%), enquanto os outros três acreditam que a biblioteca está apta, mas precisa e pode melhorar (75%). Duas das três respostas positivas apontam para um descaso do governo federal.

Diante do exposto e apesar das poucas respostas recebidas, pode-se dizer que a biblioteca não possui muitos serviços e/ou produtos específicos para a comunidade surda além do acervo voltado para o curso de Letras-Libras da UFRJ e o acervo em mídia em

Libras. Ainda assim, os funcionários demonstram acreditar na melhoria gradual desse cenário.

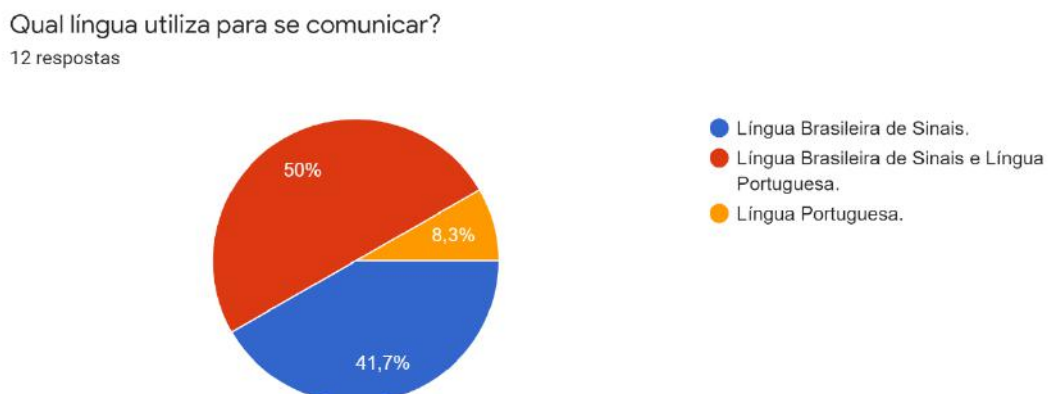
5.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES SURDOS

Para entrar em contato com os estudantes surdos do curso de Letras-Libras da FL/UFRJ, foi enviado um e-mail para a Coordenação do curso, a qual respondeu solícitamente com os quarenta e-mails para contatar. O questionário foi enviado aos estudantes surdos do curso de Letras-Libras da UFRJ e ficou disponível entre os dias 14 e 30 de setembro. Dentre os quarenta e-mails, quatro retornaram, totalizando assim trinta e seis e-mails enviados. O questionário obteve 12 respondentes, aproximadamente 33% do total, e foi dividido em três partes:

- a) identificação (perguntas de 1 a 3);
- b) questões para aqueles que conhecem a BJA/FL (perguntas de 4 a 9);
- c) questões para aqueles que não conhecem a BJA/FL (perguntas de 10 a 13).

A primeira pergunta do questionário buscava identificar qual língua os estudantes surdos utilizam para se comunicar. Como resultado, obteve-se que metade dos respondentes se comunica tanto pela Língua Portuguesa quanto pela Língua Brasileira de Sinais; seguido de 41,7% que se comunica apenas através da Libras; e 8,3% que utiliza apenas a Língua Portuguesa para comunicação, conforme a Figura 11 ilustra.

Figura 11 – Primeira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.



Fonte: a autora.

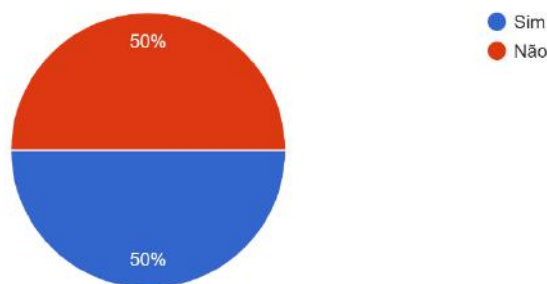
A segunda pergunta tinha como objetivo identificar a quem os estudantes surdos da FL recorrem quando possuem alguma dúvida, tendo como opções a BJA/FL, a biblioteca do

INES, amigos e familiares, professores e sites da internet. Porém, houve uma falha na confecção da pergunta que não foi percebida antes do envio do questionário. Tal fato impossibilitou o aproveitamento de dados relevantes para a pesquisa.

Antes de tratar sobre os serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar, é importante saber se os estudantes surdos conhecem a biblioteca. A pergunta obteve um resultado equilibrado, 50% para sim e 50% para não (Figura 12). Como as próximas perguntas estão relacionadas de fato com a BJA/FL, aqueles que responderam “não” a esta pergunta foram direcionados para a pergunta 10, que tratava de bibliotecas e a comunidade surda em geral.

Figura 12 – Terceira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.

Você conhece a Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ (BJA/FL)?
12 respostas

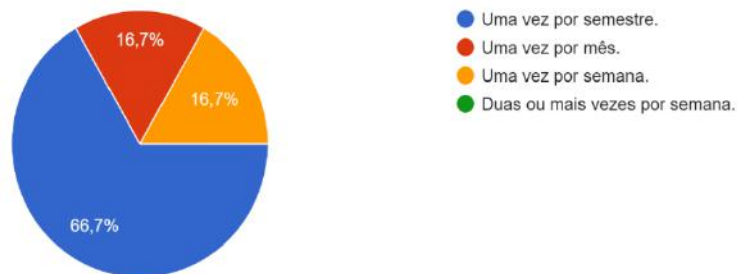


Fonte: a autora.

Para aqueles que relataram conhecer a biblioteca, seguiram-se perguntas mais específicas como a frequência com a qual utilizam os serviços e produtos da mesma. Conforme demonstra a Figura 13, a maior parte dos estudantes que conhece a BJA/FL (66,7%) utiliza seus serviços no máximo uma vez por semestre, demonstrando um baixo aproveitamento dos serviços e produtos da biblioteca.

Figura 13 – Quarta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.

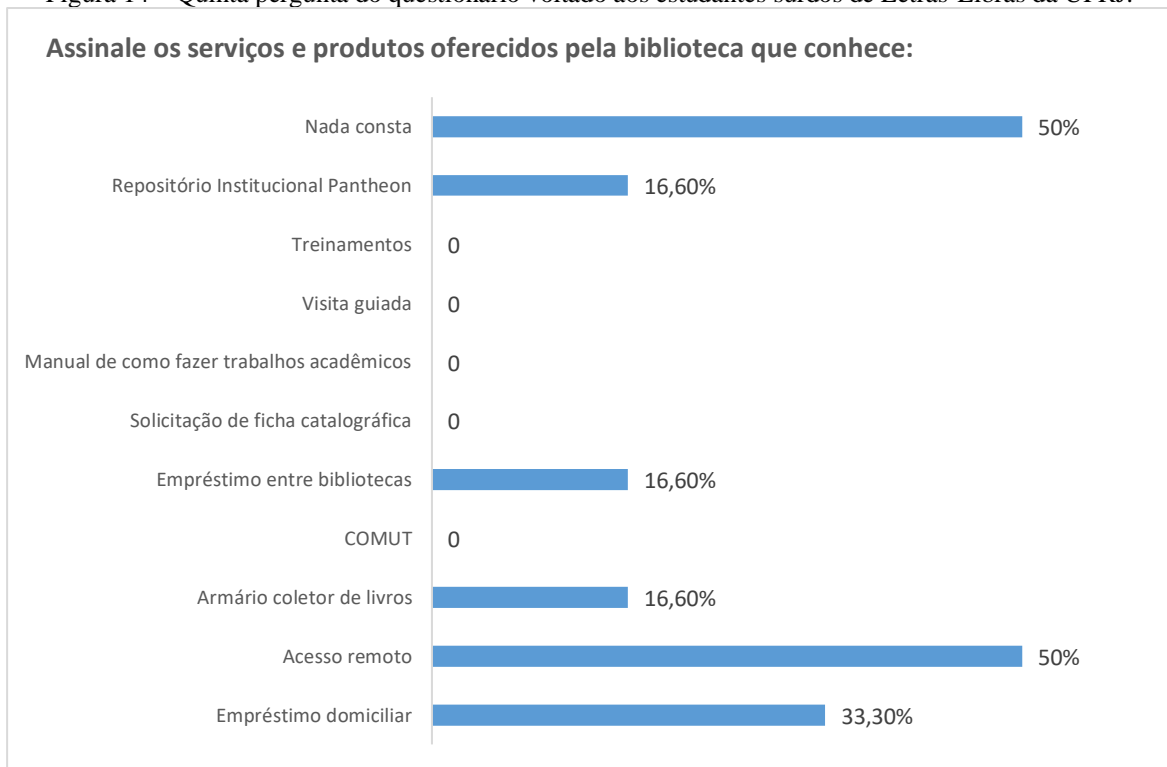
Com qual frequência você utiliza os serviços e/ou produtos da Biblioteca José de Alencar (BJA/FL)?
6 respostas



Fonte: a autora.

A quinta pergunta tinha como objetivo identificar quais os serviços e/ou produtos oferecidos pela BJA/FL os estudantes surdos de Letras-Libras conhecem. Para isso, utilizou-se a listagem encontrada no site da própria biblioteca, já citada na subseção anterior. Como resultado obteve-se que, dentre os respondentes, metade conhece o serviço de nada consta e de acesso remoto; seguido pelo empréstimo domiciliar com 33,3%; seguido pelo Repositório Institucional Pantheon, o empréstimo entre bibliotecas e o armário coletor de livros, todos com 16,6%. Os demais serviços e produtos listados são desconhecidos para os estudantes surdos, conforme ilustra a Figura 14.

Figura 14 – Quinta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.



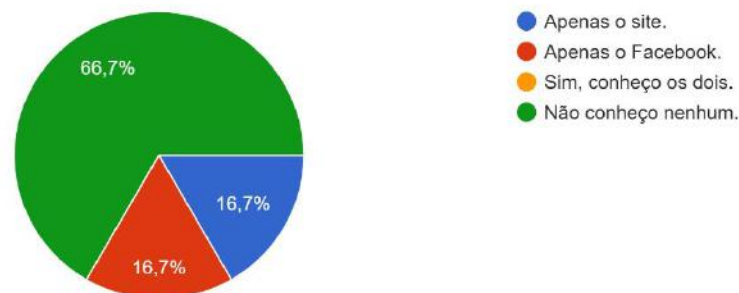
Fonte: os autores.

No que diz respeito às redes sociais, a biblioteca da Faculdade de Letras possui um site e um perfil no Facebook. Ao questionar os estudantes sobre quais redes eles conheciam, a maior parte não sabe da existência de nenhuma delas, conforme demonstra a Figura 15. Apenas um respondente relatou conhecer o Facebook e um relatou conhecer o site. Não houve respondente que conhecesse as duas redes.

Figura 15 – Sexta pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ..

A Biblioteca da Faculdade de Letras (UFRJ) possui um site e um Facebook. Você conhece?

6 respostas



Fonte: os autores.

A Biblioteca José de Alencar possui acervo específico para atender a cada curso da Faculdade de Letras. Dessa forma, há uma parte de sua coleção voltada para o curso de Letras-Libras, com diversos itens para o aprendizado da Libras e conhecimento acerca da comunidade surda. No total, 66,6% dos respondentes relata conhecer a coleção, porém, apenas 33,3% já realizaram empréstimo de algum item (Figura 16).

Figura 16 – Sétima pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ

Conhece a coleção da biblioteca direcionada para o curso de Letras-Libras?
6 respostas

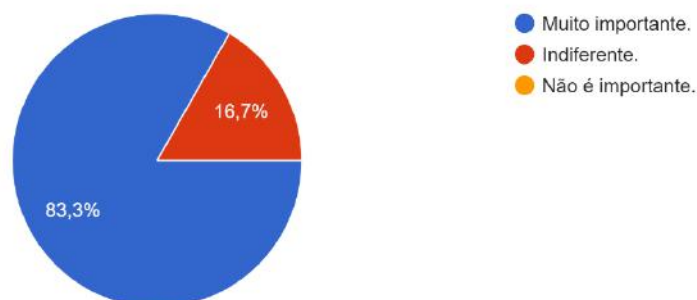


Fonte: os autores.

No que diz respeito à divulgação de informações sobre a comunidade surda pela biblioteca da Faculdade de Letras, 83,3% dos respondentes concorda que é de extrema importância. Apenas um respondente considera que é indiferente, conforme Figura 17.

Figura 17 – Oitava pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.

Quão importante você considera a biblioteca de Letras divulgar informações sobre a comunidade surda?
6 respostas



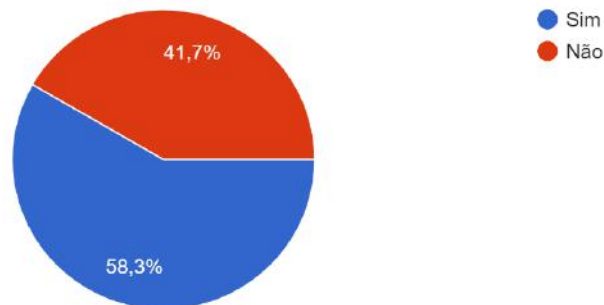
Fonte: os autores

Os estudantes que responderam negativamente à pergunta 3 foram direcionados para a pergunta 10, cujo intuito era identificar se já haviam desistido de frequentar eventos em alguma biblioteca por não ser acessível aos surdos. A maior parte (58,3%) respondeu que sim. Como a pergunta estava direcionada a bibliotecas em geral, não se pode afirmar que este é um problema enfrentado exclusivamente na BJA/FL.

Figura 18 – Décima pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ.

Já deixou de frequentar atividade oferecida por alguma biblioteca por não achar acessível aos estudantes surdos?

12 respostas

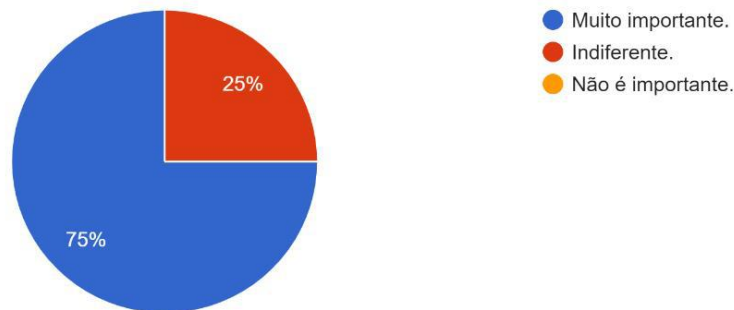


Fonte: os autores.

A próxima pergunta apontou que 75% dos respondentes considera muito importante que os funcionários de uma biblioteca saibam Libras para se comunicar com usuários surdos, conforme ilustra a Figura 19. É possível identificar essa importância utilizando os dados obtidos pela primeira pergunta do questionário, pois evidenciou-se que a parcela de respondentes que se comunica exclusivamente através da Língua Portuguesa (8,3%) é pequena. Assim, contar com funcionários que compreendem a Libras auxiliaria aqueles usuários que utilizam a Língua Portuguesa como segunda língua e aqueles que se comunicam exclusivamente através da Língua Brasileira de Sinais.

Figura 19 – Décima primeira pergunta do questionário voltado aos estudantes surdos de Letras-Libras da UFRJ

A equipe de uma biblioteca saber Libras para atender os estudantes surdos é:
12 respostas



Fonte: os autores.

A próxima pergunta tinha como objetivo saber se os estudantes surdos tinham hábito de visitar outras bibliotecas fora do ambiente universitário. Apenas três respondentes disseram que sim e apenas um apontou o nome da biblioteca que frequenta: a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

As perguntas 9 e 12 foram deixadas por último por serem discursivas e pedirem sugestões de serviços e/ou produtos que uma biblioteca pode oferecer para a comunidade surda. A pergunta 9, direcionada àqueles que conhecem a BJA/FL, obteve 5 respostas. Dentre os respondentes, 60% aponta para a necessidade de existir atendimento presencial na Língua Brasileira de Sinais, assim como a divulgação em Libras dos serviços e/ou produtos que a biblioteca possui.

Um respondente apontou para o desejo de existirem itens no acervo com escrita mais simplificada. Conforme aponta a IFLA nas DSBS, para muitos surdos a aquisição da língua oral e escrita é um desafio, de modo que

[...] as bibliotecas devem desenvolver e ativamente manter um acervo de materiais de grande interesse, que seja escrito especialmente com vocabulário direto e simples, e que seja bastante ilustrado, quando apropriado, de forma que possa ser facilmente entendido por pessoas que ainda não adquiriram domínio completo da língua local oral e escrita [...] (FEDERACIÓN, 2000, p. 18, tradução nossa).

Ainda relacionado com este item das DSBS, foi feita uma sugestão por dois respondentes que chamou atenção. Ambos demonstravam ter conhecimento da possibilidade de acessar online quais itens a biblioteca possui ou não, porém, foi sugerida inserção de informações mais claras e simplificadas nas bases de dados.

Por fim, foi feita uma sugestão de adaptar o prazo de empréstimo de itens para mais de 15 dias, visto que os surdos que tem a Língua Portuguesa como língua secundária podem precisar de mais tempo para ler e compreender os textos.

Já a pergunta 12 podia ser respondida tanto pelos que conhecem quanto pelos que não conhecem a biblioteca. Apesar de muito semelhante à pergunta 9, tinha como objetivo identificar serviços e/ou produtos que poderiam ser oferecidos ao público surdo por bibliotecas no geral. A pergunta obteve 8 respostas, correspondendo a 66,6% dos respondentes. Todas as sugestões citavam o atendimento em Libras como um serviço a ser oferecido por bibliotecas.

Diante disso, pode-se reiterar que a questão primária relativa ao provimento de serviços para surdos são os mecanismos utilizados para facilitar a comunicação (ver seção 3.1), visto que, conforme apontam Miglioli e Santos (2017), os indivíduos com deficiência visual ou motora são mantidos longe de coisas, como objetos e o próprio espaço físico; enquanto os surdos e deficientes auditivos, são separados de pessoas, no que se refere à dificuldade de comunicação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral de analisar a adequação dos serviços e/ou produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras (BJA/FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aos estudantes com surdez, foi preciso entender o que constitui a comunidade surda, quais são suas demandas e o quanto precisaram reivindicar para que a sua Língua e a sua cultura fossem reconhecidas por Lei. Ainda assim, verificou-se que há muito desconhecimento por parte dos ouvintes acerca dos surdos.

No que diz respeito às bibliotecas, a pesquisa apoiou-se na literatura que evidencia sua importância como espaço de democratização do acesso à informação, de modo a atender todas as nuances de seu público alvo. No caso das bibliotecas universitárias, cujo público alvo são os estudantes da Universidade a qual faz parte, o principal papel é fornecer suporte informacional para que os alunos desenvolvam suas pesquisas e avancem em seus estudos, contribuindo assim para a redução da evasão.

Ao relacionar as bibliotecas universitárias com os usuários surdos, pode-se observar que há um mútuo desconhecimento entre as partes. A baixa de respostas dos funcionários da BJA/FL pode ser uma evidência disso. As respostas obtidas pelo questionário permitiram identificar que a biblioteca não possui muitos serviços e produtos específicos para a comunidade surda, atendo-se apenas às questões de acervo, como os livros voltados para o curso de Letras-Libras da UFRJ e o acervo em mídia em Libras.

No intuito de identificar quais ações podem contribuir para fortalecer a relação entre biblioteca universitária e usuário surdo, foi enviado aos estudantes surdos do curso de Letras-Libras da UFRJ um questionário. Com isso, identificou-se que metade dos respondentes sequer conhece a biblioteca. Além disso, apenas 5% já realizou empréstimo de algum item. Dentre os que conhecem a biblioteca, não houve um respondente que soubesse ao menos metade dos serviços e produtos que tem a sua disposição.

Esses dados podem ser atribuídos a uma divulgação insuficiente ou inacessível acerca dos serviços e produtos disponíveis na biblioteca, visto que, precisa-se ter em mente as especificidades da comunidade surda para que essa divulgação chegue até ela. Por exemplo, os surdos experienciam o mundo principalmente a partir da visão, de modo que a divulgação de serviços e produtos da biblioteca deve levar isso em consideração, tanto presencialmente quanto virtualmente nas mídias sociais. A localização da biblioteca também não a favorece, pois fica distante das salas de aulas, o que já exige uma divulgação maior para que possa ser notada pelos estudantes da Universidade.

A maior barreira encontrada pela população surda com relação aos ouvintes e, conseqüentemente, dos usuários surdos com relação aos funcionários da biblioteca, é a da comunicação. Dentre os respondentes, 75% acredita que é muito importante um funcionário da biblioteca saber Libras. Além disso, ao serem perguntados sobre sugestões de serviços e produtos que uma biblioteca pode oferecer para a comunidade surda, 66,6% dos respondentes apontaram para a necessidade de existir um funcionário que saiba Libras para facilitar a comunicação com os usuários surdos.

Diante dos resultados obtidos pela pesquisa, é possível fazer algumas recomendações para a melhoria de serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ. A primeira é buscar compreender mais sobre a comunidade surda, seja por meio de produções acadêmicas ou buscando por pessoas surdas em outras plataformas da internet que abordem a temática. Dessa forma, os profissionais podem se desprender dos preconceitos e equívocos difundidos sobre as pessoas surdas.

Recomenda-se também a realização de cursos de Libras, como o CLAC, oferecido pela própria UFRJ. Além de promover a inclusão da população surda, possuir a comunicação em Libras pode ser um diferencial para o profissional. Também é válido verificar a possibilidade de ter funcionários ou estagiários surdos, os quais podem obter reconhecimento frente à comunidade surda e até mesmo ensinar sinais básicos da Libras para os demais funcionários.

É importante atentar-se à questão de divulgação dos serviços e produtos oferecidos. A presença da biblioteca nas redes sociais precisa ser acessível, bem como os avisos distribuídos pela Faculdade e as sinalizações da biblioteca em geral. Existem aplicativos que incluem janela de Libras em sites, como o VLibras e o HandTalk, facilitando a compreensão dos usuários surdos.

Por fim, é importante mencionar que em novembro de 2019, por meio da portaria nº 13238, foi criada a Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ, a qual foi responsável pela elaboração e aprovação da Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ em 07 de julho de 2020 (UNIVERSIDADE, 2020). Apesar de tratar de forma geral sobre acessibilidade e inclusão, o documento demonstra o reconhecimento institucional acerca da importância de adequação dos serviços e produtos das bibliotecas às pessoas com deficiência. Por ser uma política recente, aprovada durante a pandemia da Covid-19, não há como verificar a sua aplicação nas bibliotecas da UFRJ, mas recomenda-se uma futura pesquisa sobre o assunto, bem como a divulgação das diretrizes que a Política de Acessibilidade estabelece.

No mais, este estudo exploratório é uma investigação preliminar, a qual pode gerar problemas mais precisos e hipóteses para estudos posteriores. Sugere-se o desenvolvimento de pesquisas sobre as práticas informacionais dos usuários surdos, de modo a contribuir para a sua inclusão efetiva na sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599:** acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ATAS: Congresso de Milão: 1880. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 2). Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/71/5/Atas%20de%20Milao%202011.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.796, de 29 de outubro de 2008**. Institui o Dia Nacional dos Surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.055, de 22 de dezembro de 2014**. Institui o Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dispõe sobre sua comemoração. Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13055.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 22 dez. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 09 set. 2019.

CONEGLIAN, André Luís Onório; SILVA, Helen de Castro. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: ANCIB, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=305>. Acesso em: 27 out. 2013.

FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE ASOCIACIONES E INSTITUCIONES DE BIBLIOTECAS (IFLA). **Lineamientos para los servicios bibliotecarios para personas sordas**. Editado por: John Michael Day. 2. ed. La Haya: IFLA, 2000. (Informes Profesionales de IFLA, n. 24).

GESSER, Audrei. **Libras?: Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. (Estratégias de ensino, v. 14).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 4. p. 67-80.

IBGE. **Censo Demográfico**. População residente por tipo de deficiência permanente. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1495>. Acesso em: 5 set. 2019.

ISHIMOTO, Adonei Takeshi; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O silêncio dos ouvintes: o bibliotecário em relação ao leitor surdo. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 31-42, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/26719>. Acesso em: 22 nov. 2019.

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Müller de. M. A lingüística e a língua de sinais brasileira. *In: KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Müller de. M. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 1. p. 15-38.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

MICHELLE Bolsonaro faz discurso em Libras no parlatório do Palácio do Planalto. **G1**, Brasília, 1 jan. 2019. Caderno Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/michelle-bolsonaro-faz-discurso-em-libras.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2019.

MIGLIOLI, Sarah; SANTOS, Gilmara Almeida dos. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista**

ACB, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 136-149, dez./mar. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1278>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias**: o caso da UNIRIO. Orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/Dissertacao%20Sulamita%20Miranda.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Bibliotecas universitárias e acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 4-19, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/download/24226/17831>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MORENO, Ana Carolina. Tema da redação do Enem 2017 fala sobre a educação de surdos no Brasil. **G1**, [S. l.], 5 nov. 2017. Caderno Educação. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/tema-da-redacao-do-enem-2017-fala-sobre-a-educacao-de-surdos-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2019.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. cap. 3. p. 51-73.

PERSE, Elisandra Lourenço. **Ementas de Libras nos espaços acadêmicos**: que profissionais para qual inclusão? Orientadora: Del Carmen Daher. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_5c0851efd9a9c11c92627ad3fb48a079. Acesso em: 05 set. 2019.

PLATAFORMA 2030. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: 17 objetivos para transformar o mundo. [S. l., 2017?]. Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/os_ods/. Acesso em: 22 nov. 2019.

QUADROS, Ronice Müller. Línguas de sinais. In: QUADROS, Ronice Müller. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. Cap. 2. p. 45-59.

ROCHA, Solange. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **A surdez e os surdos na perspectiva dos estudos surdos**. In: SÁ, Nídia Regina Limeira de. Cultura, poder e educação de surdos. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. cap. 2. p. 63-138.

SILVA, Cícero Carlos de Oliveira da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 30-43, jan./jun. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4>. Acesso em: 08 nov. 2019.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Orientadora: Laura Ceretta Moreira. 2014. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/M14_Eliane%20Stroparo.pdf. Acesso em: 08 nov. 2019.

TARAPANOFF, Kira Maria Antonia. A Biblioteca Universitária vista como uma organização social. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 73-92, 1982. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003204/0d901db27e02d9b1a7fd3ff5fe7dd776/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca José de Alencar UFRJ. **Sobre a biblioteca**. Rio de Janeiro, [2007?]. Disponível em: <https://letras.biblioteca.ufrj.br/sobre-a-biblioteca/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Estrutura média**. Rio de Janeiro, [2018?]. Disponível em: <https://ufrj.br/estrutura-media>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Letras. **A Faculdade de Letras**: nossa história. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.portal.letras.ufrj.br/institucional/a-faculdade-de-letras.html>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Fórum permanente**: UFRJ acessível e inclusiva. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/04/ForumPAI_CSCE_JeanHouzel_short20161018.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Rio de Janeiro, [2006?]. Disponível em: <http://ufrj.br/historia>. Acesso em: 08 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Missão**. Rio de Janeiro, [2006?]. Disponível em: <https://ufrj.br/missao>. Acesso em: 08 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Apresentação**. Rio de Janeiro, [2001?]. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Histórico do SiBI**. Rio de Janeiro, [2009?]. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/historico>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Panorama do SiBI 2018**: bibliotecas integrantes. Rio de Janeiro, [2016?].

Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/panorama-estatisticas>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Comissão de Acessibilidade elabora a Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ**. Rio de Janeiro, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/366-comissao-de-acessibilidade-elabora-a-politica-de-acessibilidade-do-sibi-ufrj>. Acesso em 27 out. 2020.

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silêncio**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004.

APÊNDICE A – Questionário para a equipe da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ

Prezados e prezadas, estou concluindo o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ e na fase de elaboração do trabalho de conclusão de curso sob a orientação da professora Nysia O. de Sá. Minha pesquisa tem por objetivo analisar os serviços e produtos oferecidos por esta biblioteca na perspectiva dos estudantes surdos do curso de Letras-Libras da FL, cujo título é "Bibliotecas universitárias e usuários surdos: adequação de serviços e produtos da biblioteca da Faculdade de Letras (BJA/FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro".

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo o questionário a seguir (disponível até o dia 12/08/2020), cujos dados serão muito importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Esclareço que os respondentes não serão identificados.

Cordialmente,

Sara Lopes Corrêa.

*Obrigatório.

1. Qual função você exerce na Biblioteca José de Alencar (BJA)? *

2. Você recebeu treinamento no provimento de serviços para a comunidade surda? *

- Sim
- Não

3. Existe algum funcionário na equipe da biblioteca responsável pelo provimento de serviços para a comunidade surda? *

- Sim
- Não

4. Você já teve contato com algum usuário surdo enquanto exercia seu trabalho na Biblioteca? *

- Sim
- Não

5. Já fez curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras)? Se sim, especifique. *

6. Você consegue se comunicar com os usuários surdos da Biblioteca? *

- Sim, através da Libras.

- Sim, mas sem utilizar Libras.
 - Não.
7. A Biblioteca divulga materiais relacionados à surdez e à cultura surda? *
- Sim
 - Não
8. Considera as mídias sociais da Biblioteca acessíveis ao público surdo? *
- Sim
 - Não
9. Existe acervo em mídia na biblioteca que seja acessível aos usuários surdos (em Libras ou com legendas embutidas)? *
- Sim, existe acervo em mídia na Língua Brasileira de Sinais
 - Sim, o acervo em mídia possui legendas embutidas
 - Não
10. Caso haja alguma emergência na biblioteca, existem sinais de alerta visíveis para os usuários surdos? Exemplo: luzes de alerta. *
- Sim.
 - Não.
11. Você considera que a BJA está preparada para atender usuários surdos? Justifique. *
-

**APÊNDICE B - Questionário para os estudantes surdos do curso de Letras/Libras da
Faculdade de Letras da UFRJ**

[Vídeo em Libras abaixo] Caro estudante, estou concluindo o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ e na fase de elaboração do trabalho de conclusão de curso sob a orientação da professora Nysia O. de Sá. Minha pesquisa tem por objetivo analisar os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ na perspectiva dos estudantes surdos do curso de Letras-Libras da FL, cujo título é "Bibliotecas universitárias e usuários surdos: adequação de serviços e produtos da biblioteca da Faculdade de Letras (BJA/FL) da Universidade Federal do Rio de Janeiro".

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo o questionário a seguir até o dia 30/09/2020, cujos dados serão muito importantes para o desenvolvimento da minha pesquisa. Esclareço que apesar de solicitarmos o e-mail para evitar duplicidade de respostas, os respondentes não serão identificados.

Cordialmente,

Sara Lopes Corrêa.

*Obrigatório.

Endereço de e-mail: *

[Vídeo em Libras da apresentação do questionário]

[Vídeo em Libras da pergunta 1]

1. Qual língua utiliza para se comunicar? *

- Língua Brasileira de Sinais
- Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa
- Língua Portuguesa
- Outros:

[Vídeo em Libras da pergunta 2]

2. Quando você precisa fazer alguma pesquisa, quais ou quais fontes utiliza com mais frequência? Assinale em ordem decrescente (da mais utilizada para a menos). *

- Biblioteca da Faculdade de Letras da UFRJ
- Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)
- Sites da internet
- Colegas e familiares
- Professores

[Vídeo em Libras da pergunta 3]

3. Você conhece a Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ (BJA/FL)? *

- Sim
- Não (direciona os respondentes para a pergunta 10)

[Vídeo em Libras da pergunta 4]

4. Com qual frequência você utiliza os serviços e/ou produtos da Biblioteca José de Alencar (BJA/FL)? *

- Uma vez por semestre.
- Uma vez por mês.
- Uma vez por semana.
- Duas ou mais vezes por semana.

[Vídeo em Libras da pergunta 5]

5. Assinale os serviços e produtos oferecidos pela biblioteca que conhece: *

- Empréstimo domiciliar: o aluno pode pegar emprestado até 6 itens da biblioteca.
- Acesso remoto: alunos, professores e demais servidores da UFRJ podem pesquisar os produtos online adquiridos pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SiBI) fora da UFRJ.
- Armário coletor de livros fora da biblioteca: Os itens emprestados da biblioteca podem ser deixados no Armário Coletor de Livros, independente do horário de funcionamento da biblioteca.
- Comutação Bibliográfica (COMUT): permite obter cópia de documentos não encontrados na UFRJ com instituições participantes do serviço.
- Empréstimo entre bibliotecas: usuários da Biblioteca José de Alencar podem realizar empréstimo em instituições conveniadas através de um formulário específico.
- Solicitação de ficha catalográfica de trabalho acadêmico: alunos solicitar sua ficha catalográfica à biblioteca.
- Manual de como fazer trabalhos acadêmicos: a UFRJ possui um manual para elaboração de trabalho de conclusão de curso, dissertações e teses.
- Visita guiada: apresenta e situa os alunos de graduação dentro do espaço físico da Biblioteca José de Alencar, incentivando a comunidade acadêmica a conhecer e utilizar os serviços da biblioteca.
- Treinamentos: ensina a utilizar o Portal de Periódicos da Capes.
- Repositório Institucional Pantheon: base para promover visibilidade à produção científica e intelectual da UFRJ.

- Nada consta: comprova a ausência de débitos nas bibliotecas do SiBI/UFRJ.

[Vídeo em Libras da pergunta 6]

6. A Biblioteca da Faculdade de Letras (UFRJ) possui um site e um Facebook. Você conhece?

*

- Apenas o site.
- Apenas o Facebook.
- Sim, conheço os dois.
- Não conheço nenhum.

[Vídeo em Libras da pergunta 7]

7. Conhece a coleção da biblioteca direcionada para o curso de Letras-Libras? *

- Sim, já realizei empréstimo de pelo menos um item
- Sim, mas não realizei empréstimo de nenhum item
- Não conheço

[Vídeo em Libras da pergunta 8]

8. Quão importante você considera a biblioteca de Letras divulgar informações sobre a comunidade surda? *

- Muito importante
- Indiferente
- Não é importante

[Vídeo em Libras da pergunta 9]

9. Indique uma sugestão para a melhoria dos serviços e produtos oferecidos pela BJA para a comunidade surda.

[Vídeo em Libras da pergunta 10]

10. Já deixou de frequentar atividade oferecida por alguma biblioteca por não achar acessível aos estudantes surdos? *

- Sim
- Não

[Vídeo em Libras da pergunta 11]

11. A equipe de uma biblioteca saber Libras para atender os estudantes surdos é: *

- Muito importante
- Indiferente
- Não é importante

[Vídeo em Libras da pergunta 12]

12. Indique produtos e/ou serviços que são importantes uma biblioteca oferecer para a comunidade surda.

[Vídeo em Libras da pergunta 13]

13. Frequenta alguma biblioteca fora da Faculdade? Se sim, qual? *
